

Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Administração Executiva Regional de Manaus

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE
IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA
TERRA INDÍGENA PAUMARI DO LAGO
MARAHA

Port. nº 1128/PRES e 350/PRES

Luciene Pohl

Dezembro/98



CRIANÇAS PAUMARI NO LAGO MARAHÃ



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
I PARTE	
DADOS GERAIS	11
Histórico da ocupação	12
Distribuição espacial e alguns critérios Paumari e Apurinã.....	21
II PARTE	
HABITAÇÃO PERMANENTE.....	30
Moradia Paumari.....	30
População Paumari.....	33
Moradia Apurinã.....	37
População Apurinã.....	39
III PARTE	
ATIVIDADES PRODUTIVAS.....	40
Roçado Paumari	40
Roçado Apurinã.....	42
Coleta.....	42
Caça.....	44
Pesca.....	46



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

IV PARTE

MEIO AMBIENTE..... 53

V PARTE

REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL.....57

Crescimento Populacional57

Cosmologia.....58

VI PARTE

LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO.....67

Quadro de Ocupantes Não Índios.....68

VII PARTE

CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO.....70

BIBLIOGRAFIA73

ANEXO I: Portarias de Constituição do Grupo Técnico.

ANEXO II: Memorial descritivo de delimitação

ANEXO III: Mapas em transparência do Processo Administrativo 1631/88

ANEXO IV Caderno de fotos

ANEXO V: Relatório Ambiental

ANEXO VI: Cartas/documentos dos Apurinã

ANEXO VII: Mapas elaborados pelas comunidades indígenas



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de um Procedimento Administrativo de Demarcação de Terras Indígenas relativo ao Processo FUNAI/BSB/1631/88, referente a Terra Indígena Paumari do Lago Marahã. Ocupada tradicionalmente pelos povos indígenas Paumari e Apurinã, a T. I. está situada no Município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Os Processos Administrativos de Regularização Fundiária das Terras Indígenas seguem determinadas etapas que devem ser esclarecidas a fim de possibilitar melhor compreensão do momento em que se encontra a T.I. Paumari do Lago Marahã.

A primeira etapa consiste na Identificação e Delimitação, onde o Presidente da FUNAI, através de Portaria declaratória, cria um Grupo Técnico para realizar estudos etno-históricos, sociológicos, cartográficos e fundiários.

Tais estudos não se restringem somente ao trabalho de campo, mas através deste, colhe-se elementos que embasam o relatório circunstanciado de identificação e delimitação. O Relatório é analisado, submetido a apreciação e, sendo aprovado, publica-se em Diário Oficial. Caso o relatório não sofra restrições, o Ministro da Justiça determina que a FUNAI execute a Demarcação.

A segunda fase, portanto, é a demarcação física. Posteriormente, o processo é encaminhado à Presidência da República para a terceira etapa do processo, a Homologação, quando o Presidente da República, através de Decreto publicado no Diário Oficial da União, homologa a demarcação administrativa da FUNAI.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Finalmente a última etapa diz respeito ao Registro no Serviço de Patrimônio da União e nos Cartórios de Registro de Imóveis das Comarcas de cada município em que se localiza a T.I.

No caso do Processo Administrativo referente à Terra Indígena Paumari do Lago Marahã, o relatório de identificação e delimitação foi realizado pelo Grupo de Trabalho Portarias nº 1348 e 1482 de 1986. Portanto, foi produzido há 12 anos atrás quando a delimitação contava com superfície de 78.400 ha e perímetro de aproximadamente 150 km.

Em 1988, o Grupo de Trabalho Interministerial, Dec. 94.945/87, concedeu parecer favorável ao levantamento realizado por uma equipe técnica, Portaria nº 1176/88, que diminuiu a área da T.I. para uma superfície de 70.000 ha e perímetro de 145 km, aproximados. Tal delimitação desconsiderou uma das principais aldeias da Terra Indígena Paumari do Lago Marahã, alegando que o limite norte *"encontrava-se ocupado por uma extensa população ribeirinha"* (Processo 1631/88). Portanto, foram excluídas porções de terras indispensáveis para a reprodução física e cultural, bem com aquelas utilizadas como habitação permanente dos povos Paumari e Apurinã.

A FUNAI, no ano de 1989, procurou reverter tal exclusão e apresentou proposta de delimitação, através da CT-003/PRES/280/89, com superfície de 73.000 ha, incluindo a aldeia do Estirão localizada no lago Marahã.

Ao tomar conhecimento dos atos normativos, os índios procuraram demonstrar seu descontentamento recorrendo a todos os meios que lhes eram acessíveis: chefe do Posto Indígena da FUNAI/Lábrea, Missionários do SIL (Summer Institut of Linguistic) atuantes na área, e à UNI (União das Nações Indígenas do Acre e sul do Amazonas) bem como enviaram cartas e abaixo-assinados à FUNAI/Brasília e FUNAI/Manaus.

Em 1990, a UNI solicitou a demarcação de várias terras no médio Purus e procurou demonstrar a insatisfação que os índios tinham frente às várias



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

propostas de redução de terras, conforme foram sendo apresentadas durante os anos de 1986 à 1989.

Diante de tais intervenções contraditórias e excludentes e a constante ameaça de diminuição de terras, os índios viram-se sem alternativas e acabaram por aceitar a proposta que causaria menor dano aos dois povos em questão. Tal proposta era aquela que constava na identificação e delimitação realizada pelo G.T. Portarias nº 1348 e 1482 de 1986, aprovada pela FUNAI em 1991 através do Parecer nº 069/91. Desta forma, os 78.400 ha estavam assegurados e as principais aldeias estavam dentro dos limites a serem demarcados.

Em 1992, com a Portaria nº 262/MJ/92, declara-se a posse permanente para efeito de demarcação e é determinada a continuidade do Processo Administrativo. Finalmente, a demarcação da T.I. ocorre em 1996.

Quando a demarcação física aconteceu concretamente os índios Paumari e Apurinã constataram que grande parte dos castanhais e alguns lagos por eles utilizados ficaram fora das terras demarcadas, portanto, mais uma vez seus direitos não estavam contemplados.

Novamente manifestaram profundo descontentamento com o trabalho de demarcação cujo resultado deixava fora parte daquilo que é indispensável para a sua reprodução física e cultural. Suas atividades cotidianas ainda seriam objeto de cobiça, pressões e invasões.

Diante das reivindicações apresentadas pelos Paumari e Apurinã o órgão responsável pela regularização fundiária de Terras Indígenas reconheceu a necessidade de tomar providências neste sentido.

Através da Portaria 1128/PRES de 07 de novembro de 1997 foi constituído Grupo Técnico para realizar estudos e levantamentos para identificação e delimitação de trechos que não foram contemplados no estudo realizado pelo G.T. de 1986, conforme solicitação dos próprios povos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

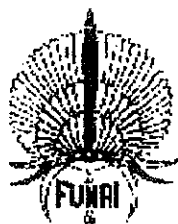
indígenas. A Portaria 350/PRES de 16 de abril de 1998, determinou o retorno da equipe para campo alterando a constituição do G.T. que não contou mais com a presença do ambientalista, e possibilitou a complementação dos trabalhos realizados sob a coordenação da mesma antropóloga.

Entretanto, dentro do prazo estabelecido para conclusão dos trabalhos do G.T. relativos à regularização fundiária da T.I. Paumari de Lago Marahã, a própria FUNAI encaminha o processo para a Presidência da República que homologa a Terra Indígena em setembro de 1998. Portanto, no momento em que a T.I. está em processo de reestudo a fim de reconhecer formalmente parte da terra de uso tradicional e imprescindível para os índios Paumari e Apurinã, a T.I. foi homologada.

Desta forma este relatório procura dar continuidade ao processo de legalização formal do direito dos índios a uma terra que, independente do reconhecimento oficial pelo poder público, está inserida legitimamente no que prevê a Constituição Federal, especialmente o Art. 231, a saber

São reconhecidas aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis

A fundamentação legal na qual este relatório baseia-se está prescrita ainda pelo Decreto 1.775 de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências; e pela Portaria 14/MJ-GM de 9 de janeiro de 1996.

O relatório fundamenta-se em estudos prévios, bem como nos trabalhos de campo realizados em dois momentos: entre os meses de novembro de 1997 e janeiro de 1998, e depois entre o final do mês de maio e início de junho de 1998.

Os trabalhos de campo deveriam cumprir a tarefa de levantar dados afim de provar a veracidade ou não dos limites da T.I. conforme delimitação realizada no ano de 1986 e demarcação de 1996.

Os registros etnográficos sobre o Médio Purus são escassos e fragmentários. Somente com a economia centrada na extração da seringa ocorreram descrições um pouco mais detalhadas sem, contudo, apresentar maior sistematização e profundidade até os dias atuais.

O material existente sobre os Paumari, por exemplo, descreve incansavelmente a vivência e familiaridade deste grupo indígena com a água. No entanto, a dimensão da territorialidade para este povo não está restrita às águas, bem como as atuais reivindicações tanto dos Paumari quanto dos Apurinã dizem respeito aos castanhais que ficaram fora das terras demarcadas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Assim sendo, restou buscar os elementos que demonstram a ocupação dos povos em questão. Através da história do contato e da narração indígena foi possível encontrar as principais evidências para o entendimento do território e, portanto, a imprescindibilidade da terra firme e lagos.

As descrições existentes sobre os povos Paumari e Apurinã mostram algumas das relações de troca estabelecidas com a sociedade envolvente. Trocava-se peixes mais apreciados por não-índios, ^{com feixos} quelônios de várias espécies, as drogas do sertão, posteriormente, madeira como o pau-rosa, óleos essenciais como a copaíba, e também a castanha.

Estes produtos representaram alternativas econômicas encontradas por algumas populações indígenas do Médio Purus para enfrentar os diferentes momentos de ocupação e exploração que aconteceram na região ao longo dos anos.

Segundo Darcy Ribeiro (1982: 42-47), a ocupação do Juruá-Purus foi feita de forma tão violenta que, em um curto espaço de tempo, a região que era uma das áreas amazônicas de maior população indígena, despovoou-se na medida em que iam surgindo os núcleos civilizados. Sabe-se que existiam populações indígenas que nem sequer foram registradas.

Por outro lado, a reivindicação dos Apurinã e Paumari do Lago Marahã aponta para a forma peculiar com que estes povos concebem o território. As reuniões com o G.T. sempre contaram com grande participação das comunidades. O auxílio dos índios, através da confecção de mapas (**Anexo IV**) onde apresentam os locais, percursos e recursos mais utilizados por eles, também foi fundamental no processo de compreensão da territorialidade. Estes mapas, elaborados em quatro aldeias diferentes, contemplam os três rios principais: Purus, Ituxi e Sepatini; a cidade de Lábrea; e, ainda, mostram a leitura específica a cada povo: os Paumari enfatizam lagos, furos, igarapés e castanhais, já os Apurinã salientam "varadouros", igarapés e castanhais.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Para melhor compreensão do Processo Administrativo da Terra Indígena Paumari do Lago Marahã elaborou-se, ainda, mapas em transparências que procuram demonstrar as diferentes propostas oficiais acima descritas (**Anexo III**).

No entanto, a verdadeira extensão da terra tradicionalmente ocupada pelos Paumari e Apurinã pôde ser melhor constatada *in loco*, com o G.T. estando acompanhado dos índios.

A permanência do G.T. em campo contou com o apoio inestimável de Nilo D'Avila da OPAN (Operação Amazônia Nativa), Irmã Eremita e Dora do CIMI; Isac de Albuquerque do PIN/Lábrea, e dos Apurinã e Paumari pelos quais temos profunda admiração e gratidão.

Cabe registrar ainda o auxílio prestado por amigos como Luciana Machado, Eduardo Barnes, Alberto Vicentini, Silvia Zaccaria, Maria Paula, Luciano e Arceu Borja, que tiveram uma participação bastante especial na conclusão deste trabalho.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

PARTE I

DADOS GERAIS

Denominação: Terra Indígena Paumari do Lago Marahã

Aldeias Paumari: Praia ou Cacuriã

Estirão

Ponta

Aterrado

Crispinho ou Crispim

Aldeias Apurinã: Pé da Terra ou Nova Fortaleza

Bom Jardim

Superfície: 119.900 ha

Perímetro: 250 km

Localização: Município de Lábrea, Estado do Amazonas

Vias de acesso: Fluvial, rio Purus

Caracterização do Grupo Étnico

Sociedade Indígena: Paumari e Apurinã

Autodenominação: Paumari e Apurinã

Família Lingüística: Arawak¹ ou Aruak

Língua: Paumari, Apurinã e português

¹ "O termo Arawak refere-se a um grupo geneticamente mais abrangente, sobre cujos membros temos menos certezas, menos do que nos casos Macro-Jê ou Tupi. Na verdade, atualmente apenas fazemos suposições quanto às filiações nesse caso. As outras famílias geralmente incluídas no Arawak são as línguas Aruan da região do sudoeste amazônico (Kulina, Paumari, Yamamadi e Deni)." (URBAN 1998: 95)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Histórico da ocupação

O histórico pretende abranger alguns pontos presentes nos principais registros da ocupação indígena retratada por viajantes que percorreram o rio Purus, principalmente durante o processo de exploração da borracha, período que se inicia em meados do século passado. Estes dados são relevantes na medida em que a história de ocupação territorial pelos povos indígenas em questão está profundamente marcada pelas diferentes frentes de exploração econômica existentes na região.

Os registros dos viajantes apontam para a ocupação indígena do Purus com descrições razoáveis sobre sua cultura, mas a região Juruá-Purus carece de estudos mais aprofundados. Estudos propriamente antropológicos são inexistentes.

A economia da borracha

O fenômeno responsável pela prosperidade econômica do estado do Amazonas, a economia da borracha, é também o momento mais significativo para a ocorrência de registros sobre as ocupações no rio Purus (Gonçalves 1991).

A extração da borracha passou por um longo processo de apropriação por parte dos não índios. Os primeiros registros sobre o uso do látex dizem respeito a região do rio Solimões:

"quando de sua passagem pela região, em 1743, o cientista francês Charles Marie de La Condamine, comissionado pela Academia Francesa de Ciências de Paris para a medição do arco do meridiano na linha do



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Equador, constatou a qualidade 'notável' desses produtos, bem como um 'interessante movimento mercantil em torno da borracha'. Os mesmos fatos seriam registrados pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, também no século XVIII, que assinala a produção, pelos Omágua, de chapéus, seringas, botas e sapatos de borracha.

La Condamine chegou a fazer uma comunicação específica à Academia de Ciências de Paris, em 1745, sobre as aplicações dessa goma vegetal, redigida a partir de suas observações junto a esses índios."
(Leonardi 1996: 89)

Em pouco tempo os europeus descobriram novas formas de uso: produção de objetos cirúrgicos, espartilhos, capas de chuva, borracha para apagar erros de grafia, entre outros. As exportações de objetos manufaturados começam em 1800, tais objetos eram enviados do porto de Belém. (Gonçalves 1991; Leonardi 1996)

Mas descrições e o conhecimento sobre os povos indígenas da região das bacias dos rios Juruá e Purus ocorreram apenas alguns anos antes do auge da exploração da borracha.

Em uma expedição no ano de 1847, Joaquim Bruno de Souza, informante do naturalista Castelnau, observou que tanto os Paumari quanto os Apurinã habitavam o Purus. Os primeiros

" viviam principalmente nas praias, comunicando-se entre si por meio de pirogas. Viviam em habitações formadas por uma reunião de jangadas, tendo cada família a sua, embora houvesse também casas em terra firme. Não usavam roupas e eram cobertos de tinta.(...) No interior, moravam tribos menos conhecidas e hostis, como Jamamadi, Apurinã e Taboca." (Souza apud Kroemer 1985: 48)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Chandless, geógrafo e explorador, em viagem pelo rio Purus no ano de 1866, patrocinado pela Royal Geographical Society de Londres descreveu o modelo de exploração que vinha ocorrendo no rio Purus:

"Além de qualquer interesse geographico, o Purus tem se tomado mais conhecido e importante, nestes ultimos annos, por suas riquezas em productos vegetaes, mórmente, borracha, salsaparrilha, balsamo de copaíba, castanha e cacao." (Chandless 1949: 22)

O mesmo geógrafo, elaborou um mapa descrevendo o rio Purus da nascente até a foz, fazendo menção aos povos indígenas encontrados na região entre eles os Jamamadi, Kanamari, Paumari, Juma, Machinéri e Apurinã.

Descreveu a distribuição e deslocamento da população indígena por lagoas e igarapés que, segundo o autor, tornava as línguas faladas na região bastante parecidas. Relatou ainda que os Paumari formavam um povo basicamente ictiófago enquanto os outros viviam da caça e lavoura, fugindo da beira dos rios.

"(...) começa o território dos Paumarys, que, com os Juberys, são meras subdivisões da antiga tribu dos Purú-purús, nome este que se acha extincto. Fallam a mesma linguagem; têm os mesmos habitos e apparencia e são igualmente affectados de uma doença de pelle muito desagradavel; é duvidoso si esta enfermidade é ou não hereditaria. Em geral, os meninos de trez anos de idade não são affectados della (...).

Os Paumarys são muito pacíficos, sendo quasi desconhecidas entre elles as mortes por violencia, e mesmo ferimentos e pancadas graves. São alegres, folgazões e amigos de cantar; o seu canto assemelha-se muito ao effeito agreste da gaita de folle ouvido de longe. (Chandless 1949: 26)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Sobre os Apurinã relata:

"Acima do rio Sepatynin e deste rio até o rio Hyuacú, cerca de 300 milhas (omittindo as curvas), ao longo deste rio estende-se a tribu Hypurinás, a mais numerosa, guerreira e formidável do rio Purús."
(Chandless 1949: 28)

Nesta época já era perceptível o contato que as populações indígenas do médio Purus tinham com os comerciantes, servindo como mão-de-obra em diferentes frentes de exploração. Chandless menciona o regime de semi-escravidão em que os Paumari eram submetidos trabalhando para os "brancos".

"Alguns negociantes, que têm empregado uma aldeia inteira deles, tiram 200 a 300 tartarugas em um só dia de trabalho. Conteí mais de 60 canoas flutuando rio abaixo, à caça de tartaruga, indo em cada uma delas uma mulher remando, e um índio de pé, na proa, como uma estátua, à espreita do aparecimento do quelônio (...).O preço regular de uma tartaruga é uma ponteira de ferro com borda para flecha, ou duas sem borda; quando o rio está cheio, pedem mais" (Chandless 1949: 26)

Por outro lado, os Apurinã foram primeiramente considerados mais hostis e só eram encontrados em terra firme localizadas no interior, longe da beira dos rios, mas:

"Quando as tartarugas aparecem nos bancos de areia, os Hypurinás sahem do interior. Vimos na maior parte dos bancos alguns destes índios, sempre armados (...), e poucas vezes em numero maior de 15 ou 20 juntos (...)" (Chandless 1949: 29)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

A abundância de peixes e tartarugas encontrada no Purus não passou sem registro, pois tanto a secagem do peixe (pirarucu²), quanto a caça ao peixe-boi e extração do óleo dos ovos de tartaruga eram atividades largamente praticadas pelos índios que serviam à "grande indústria da região" abastecendo, durante muito tempo, todas as pequenas cidades amazônicas. (Leonardi 1996: 71-72)

O óleo dos ovos de tartaruga era bastante utilizado para iluminação pública dos vilarejos que estavam se desenvolvendo na região amazônica do século XIX.

"Esse óleo era utilizado na iluminação das casas e na iluminação pública (...). O restante da papa amarela era fervido em grandes caldeirões, de cobre ou de ferro, e dava origem à manteiga de tartaruga, a mais utilizada em toda a Amazônia durante a Colônia e o Império. Quando Alcide d'Orbigny, vindo de Tabatinga (...), passou por Santo Antônio do Içá, no rio Solimões, em 1831, sua chegada foi comemorada, à noite, com uma marcha militar, da qual participaram duzentos índios da tribo Passé. O ambiente estava iluminado com lamparinas (feitas de casca de laranja) que utilizavam óleo de tartaruga." (Leonardi 1996: 73)

Aos poucos a extração da borracha, atividade mais rentável economicamente, passou a envolver novos atores sociais no processo de exploração extrativista.

A partir de 1840, a ocupação da região do Juruá-Purus tornou-se bastante intensa e agressiva com o desenvolvimento efetivo da indústria extrativa da borracha e deslocamento de mão-de-obra de outros locais.

² O pirarucu é um peixe que faz parte da dieta básica na região Norte, pode ser consumido seco ou fresco.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

"Em 1839 Charles Goodyear descobriu o processo de vulcanização, tornando a borracha resistente e quase insensível às variações de temperatura. Com isso ela se tornou matéria-prima de amplo emprego industrial na produção dos mais variados artefatos. Suas qualidades físico-químicas tornaram-na insubstituível (...). Essa descoberta científica significou um avanço para a tecnologia, os mais variados artefatos puderam ser fabricado graças à impermeabilidade e elasticidade daquele material. Para os indígenas do Juruá-Purus, foi o início do seu trágico fim" (Leonardi 1996: 90).

Segundo Píscoli (1993: 310), o processo de ocupação da região contou com medidas do Governo Imperial que visavam não só a ocupação, mas também o desenvolvimento da Amazônia. Houve a criação da Província do Amazonas, em 1850; implementação da navegação a vapor a partir de 1852; articulações com Governos Provinciais do Norte e Nordeste para deslocar mão-de-obra, sendo que, o primeiro movimento neste sentido, ocorreu em 1888 e atingiu o auge em 1910; implantação de uma política que procurava integrar indígenas na economia regional e omissão quanto a defesa de seus territórios.

A população na região Norte aumentou consideravelmente em um curto espaço de tempo. Primeiro vieram populações das Províncias do Grão-Pará e do Amazonas, depois foram os nordestinos patrocinados pelos aviadores de Manaus e de Belém que ocuparam toda a região dos rios Juruá e Purus estendendo-se até o Acre. (Gonçalves 1991: 20-25)

"A penetração da floresta pelos seringueiros nordestinos era feita por meio de um sistema de exploração que os mantinha subjugados as seringalistas e aos grandes comerciantes de Manaus e de Belém, que por sua vez associavam-se aos exportadores britânicos e ao capital financeiro internacional.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

(...) As terras banhadas por esses rios e seus afluentes, localizados ao sul do rio Amazonas, constituíram a principal zona produtora de borracha no período 1890/1911. O Purus era o maior produtor" (Leonardi 1996: 90-93)

Ao mesmo tempo em que os empresários da borracha enriqueciam, os índios da região eram dizimados ou submetidos à violência.

Mas a fase áurea da exploração da borracha durou pouco. A partir de 1914, os seringalistas foram deixados à própria sorte. O mercado mundial tomou novos rumos e a borracha passou a ser produzida em grande escala na Ásia.

"A região foi sugada, espremida e trocada por negócios mais rentáveis. Durante vinte ou trinta anos o consumo de supérfluos foi muito elevado, é bem verdade. (...) Mas não houve continuidade após a Primeira Guerra Mundial. A produção de borracha, em 1913, havia sido de 36 mil toneladas. Em 1918, caíra para 22 mil; em 1921, para 17 mil; e, em 1933, não passara das 9 mil toneladas. Os seringais se despovoaram." (Leonardi 1996: 95)

Com a desaceleração da expansão econômica na região, grandes contingentes da população que sustentavam a empresa extrativista foram obrigadas a procurar novas alternativas econômicas. Extrair madeira, castanha e sorva, plantar roça, manifesto ao Poder Público e até mesmo o retorno à terra natal foram as formas encontradas para tentar reverter a situação, que não mudou.

Mas o sistema de troca aperfeiçoado pela economia da borracha ficou como herança até a atualidade: o aviamento amplamente adotado pelos regatões.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

"O aviamento, termo cunhado na Amazônia, é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito. Começou a ser usado na região na época colonial, mas foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização" (Aramburu 1994: 82)

Os regatões continuaram sendo, muitas vezes, o único elo que liga extrativismo vegetal e atividade pesqueira praticado pelos índios com o resto do mercado regional e mundial.

Assim sendo, é possível afirmar que os povos Paumari e Apurinã se encontram em contato com a sociedade envolvente há, pelo menos, dois séculos. E, inúmeras vezes, foram vítimas das diferentes formas de exploração e ocupação que ocorreram no rio Purus.

Por outro lado, faz-se necessário compreender de que modo estes povos vêm interagindo no processo histórico, ou, qual a forma que adotaram ao serem sujeitos das suas próprias histórias, ora conservando determinadas tradições, ora encontrando alternativas econômicas através da troca, ou ainda reivindicando a demarcação de suas terras.

Os Paumari explicam como reagiram à violência do processo histórico que acabaram sendo submetidos:

"Vinhã dois barcos... uma hora dessas Paumari estavam fazendo fogo na praia.

'Vamos bora matar esse aí', dizia os brancos que queriam matar Paumari. Eles vieram e iam matar ele.

Ele não morria, ficava na praia....

A turma subia, iam bater nele, ele ficava morto na praia, eles iam embora dizendo 'já morreu esse aí'. Ele continuava morto na praia, os brancos saíam, o barco saía.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

É que ele virava bodó³. Quando os brancos batiam nele ele não morria. Até hoje o bodó não morre logo, quando a gente pega ele amanhece, custa a morrer.

Aí ele voltava de novo, fazendo seu fogo na praia ele dizia 'agora é vez deles'. Diz que ele ia lá, furava o barco e os brancos viravam tudo boto. Era só boto boiando na praia.

Paumari não morre assim logo. Bodó e o povo Paumari era assim, pareciam estar mortos, mas de repente vivem." (Menendez 1997: 5)

Consta que entre os Apurinã a reação era mais violenta pois:

"No dia 16 de junho de 1913, dois seringueiros de nomes Julio Marques e Antonio Vicente, encontrando um índio e sua mulher, para se apossarem desta, mataram aquele, após renhida luta corporal, fugindo a índia na ocasião. No dia 18 do mesmo mês, os índios sob a chefia do tuxáua João Grande rechaçaram uma expedição composta de nove seringueiros, entre os quais se achavam os acima citados. Esta expedição, segundo uns, ia tratar de paz, pagando ao respectivo tuxáua a morte do índio com algumas mercadorias; segundo outros, teria o criminoso o propósito de continuar a obra destruidora. Desta expedição, escaparam apenas três seringueiros, sendo Julio Marques e Antonio Vicente os primeiros a caírem mortos. Dez dias após, uma tropa de cinquenta seringueiros armados e municados atacou de surpresa uma maloca praticando verdadeira carnificina . Todas as malocas, então, se reuniram e se amaram. Apavorados com a atitude dos índios, os seringueiros fugiram precipitadamente para a margem do Purus, muitos abandonando todos os seus haveres" (Relatório do SPI, apud Gonçalves 1991: 117-118)

³ Bodó ou Acari-bodó é um peixe que vive na beira dos lagos e igarapés alimentando-se de pau e folha podre, mas a principal característica em questão é a demora para morrer depois de vários ferimentos. É classificado regionalmente como peixe de couro, portanto apreciado para comer.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Distribuição espacial e os principais critérios Paumari e Apurinã:

Os Paumari

Os Paumari são inúmeras vezes descritos na literatura existente sobre a região como um povo essencialmente nômade. Segundo Kroemer (1985: 136) até hoje são conhecidos como os "ciganos do Purus" por ser a "canoa seu local mais estável".

Entretanto, representantes da etnia Paumari só foram encontrados na região do Médio Purus, onde atualmente, há sete terras de ocupação tradicional dos Paumari reconhecidas pela FUNAI: Paumari do Lago Marahã, Paumari do Cuniuá, Paumari do Lago Paricá, Paumari do Rio Ituxi, Tapauá ou Boca do Jacaré e Paumari do Lago Manissuã.

Para compreender a distribuição espacial e conseqüentemente a forma de ocupação peculiar ao povo Paumari, é necessário descrever algumas rotas pelas quais se deslocam ao longo do ano e elencar algumas motivações que os levam a este deslocamento.

O exercício da pesca é uma atividade extensamente praticada pelos Paumari, além de profundamente apreciada por eles. Trata-se ainda, da melhor forma pela qual são reconhecidos.

A pesca é um dos principais motivos de deslocamento por longas distâncias. É comum os homens saírem em busca de peixes maiores na companhia de um filho. Irmãos também podem pescar juntos, desde que cada qual em sua própria canoa, pois cada homem trabalha para si próprio e para sua família. (Chapman s/ data)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Quando os homens saem para pescar por mais tempo, as mulheres pescam nas imediações da aldeia ou do flutuante na companhia dos outros filhos, pegando peixes pequenos para o consumo diário.

Exímios pescadores, os Paumari desenvolveram grande familiaridade com a água pois todos os animais aquáticos são facilmente apreendidos por eles através de diferentes técnicas. Há pelo menos três tipos de remo e inúmeros instrumentos de pesca: haste, arpão, anzol, flecha, malhadeira ou rede. Todos estes objetos são de propriedade individual, mas é possível ocorrer empréstimos.

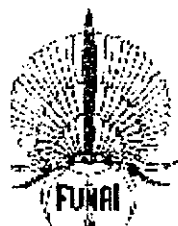
Independente da pesca, deslocam-se também para visitar parentes em outras aldeias localizadas na própria T.I. É comum irem à Lábrea, a cidade mais próxima localizada à 32 praias, conforme a classificação local, onde alojam-se em um flutuante no porto da cidade.

Apenas algumas famílias nucleares saem em viagem, enquanto a maior parte da comunidade permanece nas aldeias. Mulheres viúvas, descasadas ou desacompanhadas, por exemplo, não viajam.

É importante registrar que uma viagem implica em uma embarcação adequada, muita disposição para remar ou, em poucos casos, conhecer bem o motor. Há vários homens, chefes de família, que possuem motores tipo "rabetá", a maioria deles mora na aldeia do Crispim.

O período preferencial para tais viagens é no final da estação chuvosa quando há facilidade para navegar. Os Paumari saem em suas canoas, pequenas embarcações cobertas de palha, às vezes com motor, levando todos seus pertences, ficando somente a casa que, neste período, poderá ser utilizada por outra família.

Outra forma de deslocamento, bem mais restrita, diz respeito a um tipo de moradia que acompanha o movimento das águas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Famílias inteiras descem um igarapé alcançando um lago sobre o qual constrói-se um flutuante que permanece amarrado na beira dos lagos, próximos a igarapés.

Do flutuante podem sair em pequenas canoas para qualquer lugar: aldeias em terra firme, cidade de Lábrea, pescar ou para encontrar o regatão nas proximidades. O flutuante é considerado uma moradia fixa. Na T.I Paumari do Lago Marahã há poucos flutuantes.

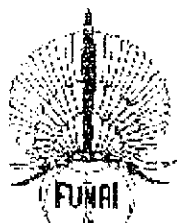
Os chefes de família possuem, no mínimo, uma canoa e uma casa. A casa pode ser no lago, um flutuante, ou em terra firme, nas aldeias. É comum um chefe de família ter mais de uma casa em terra firme bem como mais de uma embarcação. A regra para os homens é possuir pequenas canoas, mas é possível ter ainda uma embarcação maior que pode ser coberta de palha quando saem para alguma viagem.

Todos os anos, a comunidade do Palhal desloca-se à praia do Cacuriã no início da estação seca. Costumam plantar mandioca na praia aproveitando a fertilidade do solo quando as águas estão baixando. Permanecem neste local aproximadamente seis meses, retornando à aldeia do Palhal, com o início das chuvas.

A partir dos meses de outubro e novembro, início da época das chuvas, a maioria das famílias permanecem nas aldeias em terra firme.

Quando estão distantes da aldeia, aproveitam o deslocamento para coletar ovos de quelônios, especialmente de tracajás, antes que as praias sejam encobertas pelas águas.

Com a chegada da estação chuvosa as atividades são mais centradas na terra firme. Nos roçados, localizados próximos às aldeias, é época de trabalhar para a produção de farinha. Além do roçado e da farinha, coleta-se a castanha.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

No caso da aldeia do Palhal, a comunidade inteira retira-se da praia do Cacuriã, onde colheram o roçado e processaram a mandioca para depois deslocarem-se em direção à terra firme, saindo somente para coletar castanha.

Os castanhais são mais distantes, embora também se localizem em terra firme. Os Paumari recorrem às embarcações para deslocarem-se até os igarapés que dão acesso aos castanhais.

Há mais de uma rota para chegar em tais castanhais. A primeira alternativa consiste em aproveitar o deslocamento até o rio Ituxi, cuja desembocadura localiza-se à "*duas praias*" de Lábrea para ir até a cidade e posteriormente trabalhar nos castanhais.

A segunda rota diz respeito aos furos ou canais abertos nos lagos, rios e igarapés devido ao intenso volume de água ocasionado pelas chuvas que possibilitam o deslocamento à remo com mais facilidade, pois atinge-se maiores distâncias em menos tempo⁴.

O conhecimento que se tem da navegabilidade na época das cheias denota a preferência por deslocamentos neste período, no entanto, não exclui aqueles praticados durante os demais meses do ano.

A pesca, nesta época, ocorre nos lagos próximos às aldeias, mas o peixe torna-se menos abundante, dado o grande volume de água. Os peixes mais apreciados não são encontrados neste período.

Os Apurinã

Em 1872, Antonio Rodrigues Pereira Labre, relatou que os Apurinã:

⁴ Para melhor compreensão destes deslocamentos há os mapas (Anexo IV) elaborados pelos Paumari, o mapa produzido na comunidade do Palhal dá maior ênfase aos lagos e furos da região.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

"Habitam d'esde o medio até o alto Purus, são mui numerosos, e de indole perversa, e mãos instinctos: são verdadeiros antropophagos, entregam-se exclusivamente aos negócios e praticas da guerra, pilhagem e assassinato. Vivem em diferentes tribus espalhadas em grande extensão do Purús, e seus affluentes, a conta-se da foz do Sipatiny para cima de trezentas milhas. Apesar de sua malvadez não atacam a gente civilisada, a quem procuram falar: matam porem traiçoeiramente para roubar, e comer os mortos. Fazem muito pouco commercio em troco de salsa, seringa, e oleo, que já vão aprendendo a colher com a gente civilisada." (Labre 1872: 29)

Os conflitos e conseqüentemente a migração em decorrência de conflitos sempre marcaram a distribuição espacial dos Apurinã. Todos os autores que descreveram a ocupação indígena no médio Purus fazem menção a tal peculiaridade Apurinã:

"Parece que os Hypurinás são afeiçoados à guerra, e vivem constantemente empregados nella (principalmente nas guerras da sua propria tribu) sendo que as promovem frequentemente, com causa ou sem ella." (Chandless 1849:29)

Segundo Zé Biu, liderança na aldeia Apurinã Nova Fortaleza, os Apurinã vieram para o Lago Branco quando S. Sebastião:

"perdeu cinco meninas no Sereuini por doença. No Tumiã trabalhou tirando sorva, cortando seringa.

Saiu para o Sepatini com a mulher, duas meninas e o Chico. Do igarapé Alegria veio para cá. Disseram para ele que tinha umas americanas



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

com os Paumari, tinha motor, medicina. Ele tentou ficar no Marahã e as missionárias disseram que não podia pois a terra era emprestada.

Encontrou patrão no Alcântara, Joaquim Farias. O patrão disse que lá para atrás tinha um lugar onde já tinha morado Apurinã. Antigamente já tinha Apurinã que fugiu para o Sereuini. O Joaquim (patrão) deixou o Sebastião lá no centro que tinha capoeira grande⁵ já. Tinha pupunheira, mangueira, abacaxi, que os outros Apurinã tinha deixado.

O Sebastião fez um roçado e foi lá convidar os sobrinhos para morar no Lago Branco. O Zé Bui falou com o pai que os irmãos tavam doentes. O patrão não queria deixar eles saírem, falava que o pai do Zé Bui tava devendo. O Zé Bui esperou terminar o trabalho e pediu a conta, Disse que ia trabalhar para pagar a conta do pai

Tirou o pai e brigou com o patrão que não queria liberar o pai. Vieram para cá (Lago Branco).

O Joaquim (patrão próximo ao Lago Branco) mandou os Apurinã matar os Paumari, deu até munição, mas os Paumari não deviam nada ..."

Os Apurinã estão presentes no Lago Branco, T.I Paumari do Lago Marahã, desde o início da década de 70. A presença de missionários do SIL foi um dos principais motivos que levou os Apurinã a deslocarem-se do rio Sepatini até ao Lago Marahã, no rio Purus. Tal motivação também fez com que muitos Paumari do rio Ituxi e mesmo do rio Sepatini, mudassem para as imediações junto aos "parentes" que já estavam no lago Marahã.

A presença de missionários protestantes na T.I. representou, e ainda representa, maiores possibilidades de acesso a medicamentos e bens industrializados aos dois povos. Paumari e Apurinã adquirem estes bens através da troca por artesanato e produtos extrativistas.

⁵ A existência de capoeira grande ou mata secundária é um dos indicativos de ocupação humana mais antiga.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Apenas parte da população Paumari foi alfabetizada, a língua Paumari preservada e a edição no ano de 1995 da Bíblia também em Paumari foram algumas conquistas dos missionários.

Mas com os Apurinã, a missão não foi muito bem sucedida. Relatam que uma das missionárias atuante na aldeia do lago Branco, certa vez, achou que os Apurinã deveriam ajudá-la assim que o avião chegasse na pista de pouso da aldeia, mas um jovem não obedeceu e foi agredido fisicamente. Revoltado, o jovem foi buscar seus instrumentos de caça e atirou uma flecha na avião, quando este decolava. Os missionários nunca mais voltaram.

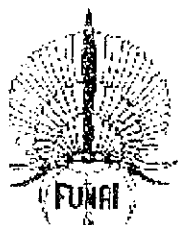
De certa forma, os Apurinã se ressentem por não contarem com tal auxílio. Reclamam da falta de medicamentos e de determinados bens de consumo, mas são unânimes em afirmar que a missionária é quem estava errada. O interesse na volta da missão está presente e consta que a recíproca é verdadeira.

Os bens de consumo trazidos pela missão e cobiçados pelos Apurinã, são bastante encontrados entre os Paumari da aldeia do Cripim: motor rabeta, óculos, dentaduras, rádio, lanternas, pilhas, relógio, roupas.

Enfim, a presença da missão protestante no lago Marahã foi um importante fator agregador das duas etnias na mesma T.I.

Há conflitos entre os dois povos. Os Paumari alegam que os Apurinã não permitem Paumari pescando no lago Branco. Por outro lado, os Apurinã argumentam que não existe conflito pois não mataram nenhum Paumari quando chegaram e cada qual tem seus lagos. Ou seja, caso ocorressem problemas com os Paumari, muitas mortes teriam acontecido, mas nunca foi o caso. Ainda assim, os Paumari concebem os Apurinã como os habitantes desagradáveis da T.I.

Segundo Zé Biu, antigamente existiu um Apurinã do outro lado do rio Purus que matava Paumari:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

"O Joaquim (patrão) criou um Apurinã, o Manuel, que matou muito Paumari. Quando eles tavam no galho de pau esperando bicho de casco o Apurinã chegava e flechava ou atirava. Os Paumari iam flechar no galho do mari-mari e o Manuel matava eles com espingarda. dizia: ó que guaribão!

Com o Sebastião Apurinã chegando, o Joaquim pediu para ele fazer do mesmo jeito, mas ele não fez porque os Paumari não deviam nada."

Entretanto, a presença Apurinã no médio Purus é bastante antiga. Segundo Urban (1998: 95), consta nos estudos sobre as línguas Maipure, termo utilizado para caracterizar um conjunto semelhante ao Jê ou à família Tupi-Guarani, englobando a família Arawak⁶ e línguas Aruan⁷, que a família linguística Arawak é possivelmente originária da área peruana.

"Se o Peru for a zona de origem dos Maipure, pode-se dizer que o ramo ocidental não se deslocou muito, estando próximo do ponto de origem há 3 mil anos ou mais. (...) Os Machiguenga, Ashaninca-Campa e Piro teriam permanecido próximo de sua origem geográfica, e os Apurinã teriam penetrado pelas terras baixas do rio Purus" (Urban: 1998: 96).

Atualmente há 25 Terras Indígenas de ocupação dos Apurinã, distribuídas em 8 municípios entre os estados do Amazonas e Acre. A maioria dos Apurinã encontra-se no próprio rio Purus ou nos municípios banhados por ele.

⁶ Línguas Achagua, Amuesha, Apurinã, Ashininka, Cabiari, Chamicuro, Curripaco, Guajiro, Ignaciano, Lokono, Machiguenga, Palikur, Piapoco, Resigaró, Tariano, Wapixana, Yavitero, Yucuna (Urban 1998: 95)

⁷ Deni, Kulina, Paumari, Yamamadi, todas não Maipure (Urban 1998: 95)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Entre os aspectos da distribuição espacial peculiar a esta T.I. estão as diferentes formas de intervenção sobre as condições ambientais dos dois povos.

Por um lado, há o desenvolvimento de atividades na água consideradas prioritárias pelos Paumari. Entre os Apurinã, ocorre exatamente o contrário, a maior parte de suas atividades são realizadas em terra firme. Enquanto os primeiros demonstram grande preferência pelo deslocamento em canoas e são exímios pescadores, os Apurinã andam na mata, plantam vários tipos de cultura e são grandes caçadores.

Durante a época em que os rios se encontram mais cheios torna-se difícil encontrar os Apurinã nas aldeias. Entre os meses de dezembro e janeiro, especificamente, estão trabalhando nos castanhais. A caça fica mais concentrada em porções de terra firme que não são alagadas pelas chuvas intensas como na várzea, o que propicia melhores condições de caça para estes hábeis caçadores.

Os Apurinã habitam somente áreas não inundáveis, procuram por locais onde possam desenvolver sua vasta agricultura e ter acesso a uma boa água, ou seja, uma porção de terra firme com um pequeno igarapé por perto bastam para propiciar as condições exigidas para uma moradia Apurinã.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

PARTE II

HABITAÇÃO PERMANENTE

Moradia Paumari

Entre os Paumari há dois tipos de moradia: as casas localizadas na aldeia em terra firme, e os flutuantes, situados nos lagos ou igarapés.

O material utilizado para a cobertura e assoalho das casas, a paxiúba, é provisório pois a cada dois anos, aproximadamente, é necessário trocá-los. O local das casas permanece o mesmo e seu uso é permanente. Existem algumas casas na aldeia do Estirão e do Crispim cobertas com telha de alumínio ou zinco

As casas são construídas sobre palafitas. Para subir, os Paumari colocam uma escada, muitas vezes construída com um tronco fino, onde são cortadas pequenas lascas capazes de dar apoio aos pés. Podem ter um ou dois ambientes, divididos por uma esteira ou madeira. Quando há dois ambientes, instala-se as redes e mosquiteiros neste, e no outro cozinha-se. Atualmente os Paumari fazem fogões de cerâmica para cozinhar.

As casas dos Paumari situadas em terra firme são bastante usadas na época da cheia, quando é preciso cuidar do roçado ou coletar castanha. No verão é possível encontrar algumas casas desocupadas ou emprestadas para algum visitante.

Na Terra Indígena Paumari do Lago Marahã há 6 aldeias Paumari. As aldeias do Aterrado e São Clemente localizam-se à margem do rio Purus, a aldeia da Ponta está nas margens do lago Marahã, próxima ao rio Purus. O



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Estirão encontra-se também no lago Marahã. O Crispim localiza-se no igarapé Quebra Remo, bem como o Palhal.

A comunidade do Palhal desloca-se sazonalmente à praia do Cacuriã, onde há mais uma aldeia habitada pelas mesmas pessoas.

Atualmente existem 408 índios Paumari na T.I., mas o número de habitantes sempre sofre pequenas variações. Há aqueles que vem de longe para visitar os parentes na T.I., bem como, há algumas famílias que saem em alguma viagem.

Steere observou em 1873 que:

"Quando a água encobre as praias, na estação das chuvas, eles mudam suas aldeias para as grandes jangadas ancoradas nos lagos. (...) Permanecem aí, subindo e descendo com a inundação e a vazante até que a estação seca descubra novamente as praias. Têm uma tradição que explica este curioso costume. Antigamente o povo de sua tribo construía suas aldeias apenas na terra como as outras tribos, mas um ano a inundação subiu muito mais que usualmente, cobrindo as praias, depois as terras baixas e por fim a terra firme. O povo então subiu nas árvores e viveu durante algum tempo de frutos e folhas, mas finalmente todos morreram afogados ou de inanição com exceção de dois; esses viveram até que a inundação diminuiu. Puderam então descer da árvore e tomar novamente posse da terra. Esses foram os antepassados da atual tribo Paumari. No começo da estação das chuvas eles construíram uma jangada e para aí mudaram sua cabana de modo a não perecerem com a inundação e até hoje seus descendentes conservam esse costume" (Steere 1949: 221).

Costume presente entre os Paumari, a moradia sobre a água é considerada uma alternativa para habitação permanente.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Os flutuantes são de difícil remoção, permanecem por longas temporadas amarrados na beira dos lagos, acompanhando somente o ritmo da vazante e da cheia. Podem ser removidos de acordo com a vontade do dono, entretanto, trata-se de uma empreitada que exige muito esforço.

Atualmente há poucos flutuantes na T.I. Paumari do Lago Marahã. Todos localizados no lago Marahã, três em frente a aldeia do Estirão e um próximo ao igarapé Quebra Remo, também no lago Marahã.

O flutuante, enquanto alternativa de habitação permanente, não impede que seus moradores exerçam suas atividades em terra firme. Pode-se ter acesso ao roçado, casa de farinha e castanhais através das canoas.

Quando se trata do deslocamento, este povo utiliza o recurso das canoas. As canoas podem ser transformadas em casas, e é quando realmente percorrem grandes distâncias com rumo conhecido: ora pescar peixes ou caçar quelônios, ora visitar parentes, ou ainda, realizar outra viagem.

A habitação em flutuante, aparentemente instável aos olhos pouco acostumados, foi uma das características culturais passíveis de suscitar interpretações que caracterizaram os Paumari como nômades ou instáveis, devido a uma noção de que a vida sobre as águas pode ser tomada como uma vida à deriva.

Segundo o dicionário Aurélio nômade "*diz-se das tribos ou povos errantes, sem habitação fixa que se deslocam constantemente em busca de alimentos (...)*" ou ainda, "*povos que não pertencem a determinado país e vagueiam sem residência fixa.*"

Entretanto não existe registros sobre Paumari em qualquer outro local que não a região do médio Purus e, portanto, seus tributários, corroborando a afirmação de Chandless, em 1866, onde constatava que "*os Paumarys pertencem exclusivamente ao Purus, e a 6 milhas acima de qualquer afluente já não se encontram*" (Chandless 1949: 26).



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Da mesma forma, é possível afirmar que este povo sempre passou algum período do ano em terra firme, mesmo quando moram em flutuantes.

Para desenvolver suas atividades os Paumari têm necessariamente que freqüentar a terra firme. Somente desta forma o roçado permanecerá bem cuidado, a casa de farinha será utilizada, a castanha colhida, os recursos para construir casas, canoas, remos, artefatos para pesca serão coletados, frutos consumidos e os parentes serão visitados.

Portanto o flutuante significa apenas uma alternativa para moradia em áreas inundáveis ao mesmo tempo que existem as moradias em terras altas.

Os Paumari da comunidade do Palhal adotam o deslocamento sazonal sem morar em flutuantes, permanecem seis meses no próprio Palhal, aldeia da terra firme, e seis meses no Cacuriã, aldeia da praia.

Assim sendo cabe registrar que tais características culturais de moradia em flutuantes, deslocamentos constantes bem como a pesca e coleta de castanha percorrendo grandes distâncias significam a forma bastante específica de concepção de território para os Paumari.

População Paumari

O número de habitantes Paumari na T.I. é de 408 indivíduos distribuídos em 6 aldeias. O crescimento populacional tem sido bastante significativo na última década, pois 40,83% do total da população Paumari encontra-se na faixa etária de 0 a 10 anos.

Os quadros abaixo demonstram tal evidência, para cada aldeia é apresentado a faixa etária e a porcentagem contendo o número de indivíduos que habitam as aldeias. Sem exceção, o maior índice de crescimento está entre os mais novos, já a divisão por gênero é bastante equilibrada.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

**Quadro Demonstrativo da População Paumari da
Aldeia Estirão na T.I. segundo Faixa Etária**

Faixa etária	Homens	Mulheres	Porcentagem
0-10	18	24	46,66%
11-20	7	12	21,11%
21-30	8	7	16,66%
31-40	5	2	7,7%
41-50	1	0	1,11%
51-60	1	3	4,44%
+ de 60	1	1	2,22%
Total 90	41	49	100%

FONTE: G.T. 1998

**Quadro Demonstrativo da População Paumari da
Aldeia Crispim na T.I. segundo Faixa Etária**

Faixa etária	Homens	Mulheres	Porcentagem
0-10	29	29	38,66%
11-20	23	22	30%
21-30	8	9	11,33%
31-40	10	6	10,66%
41-50	1	4	3,33%
51-60	5	2	4,66%
+ de 60	1	1	1,33%
Total 150	77	73	100%

FONTE: G.T. 1998



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

**Quadro Demonstrativo da População Paumari da
Aldeia Aterrado na T.I. segundo Faixa Etária**

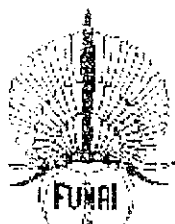
Faixa etária	Homens	Mulheres	Porcentagem
0-10	3	4	41,17%
11-20	3	3	35,29 %
21-30	1	1	11,76 %
31-40	1	1	11,76 %
41-50	0	0	0
51-60	0	0	0
+ de 60	0	0	0
Total 17	8	9	100%

FONTE: G.T. 1998

**Quadro Demonstrativo da População Paumari da
Aldeia São Clemente na T.I. segundo Faixa Etária**

Faixa etária	Homens	Mulheres	Porcentagem
0-10	3	2	38,46%
11-20	2	0	15,38%
21-30	1	2	23,07%
31-40	0	0	0
41-50	1	1	15,38%
51-60	0	0	0
+ de 60	1	0	7,69%
Total 13	8	5	100%

FONTE: G.T. 1998



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

**Quadro Demonstrativo da População Paumari da
Aldeia da Ponta na T.I. segundo Faixa Etária**

Faixa etária	Homens	Mulheres	Porcentagem
0-10	6	9	41,66%
11-20	4	6	27,77%
21-30	2	2	11,11%
31-40	1	1	5,55%
41-50	0	0	0
51-60	3	1	11,11%
+ de 60	0	1	2,77%
Total	36	20	100%

FONTE: G.T. 1998

**Quadro Demonstrativo da População Paumari da
Aldeia do Palhal na T.I. segundo Faixa Etária**

Faixa etária	Homens	Mulheres	Porcentagem
0-10	22	18	39,21%
11-20	10	15	24,50%
21-30	11	7	17,64%
31-40	5	4	8,82%
41-50	2	6	7,84%
51-60	0	0	0
+ de 60	1	1	1,96%
Total	102	51	100%

FONTE: G.T. 1998



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Moradia Apurinã

"As suas cabanas (aíku) ficam sempre a uma boa distância do rio, no seio da mata e são construídas sobre terreno elevado, nalgum ponto bem escondido. Raramente uma comunidade de aldeia conta com mais de seis ou oito famílias (...). No espaço que separa estas habitações encontra-se a roça. (...)

Quanto à elegância, solidez e construção engenhosa, representa talvez o tipo mais perfeito de construção indígena da América do Sul."
(Ehrenreich 1948: 113)

Atualmente a construção da casa Apurinã obedece o padrão palafita, no entanto são amplas, fechadas e divididas em dois ambientes cobertos de palha onde moram famílias nucleares.

A localização da aldeia Apurinã segue determinados critérios que devem contemplar terra firme, pois assim desenvolvem sua vasta agricultura e encontram a caça mais facilmente, bem como deve contar com uma boa água, ou seja, a aldeia sempre está localizada próxima a um pequeno igarapé.

A população total de Apurinã na T.I é de 153 indivíduos distribuídos em duas aldeias. Os índios da aldeia mais antiga, Nova Fortaleza ou Pé da Terra consideram os 'parentes' Apurinã da aldeia Bom Jardim como habitantes recentes e de pouco contato com os "brancos". Cada qual fala por si, não falam em nome de outros, daí mais de 60 indivíduos constarem no censo sem a idade.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Os Apurinã da aldeia Bom Jardim são chamados para participar das festas e sempre estão passando pela aldeia mais antiga, especialmente quando vão trocar sua produção com os patrões nas imediações da T.I.





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

População Apurinã

Quadro Demonstrativo da População Apurinã na T.I. segundo Faixa Etária

Faixa etária	Homens	Mulheres	Porcentagem
0-10	20	22	27,27%
11-20	6	11	11,04%
21-30	5	7	7,79%
31-40	5	1	3,89%
41-50	3	4	4,54%
51-60	1	0	0,64%
+ de 60	1	0	0,64%
Total	86	45	55,84%

+ de 60 pessoas não sabem a idade

FONTE: G.T. 1998.

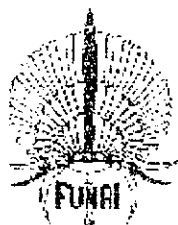
A população total da T.I. Paumari do Lago Marahã conta com 561 índios, onde 408 são Paumari e 153 são Apurinã.

O quadro abaixo demonstra a população total da T.I. segundo levantamento realizado pelos G.T. de 1986 e G.T. 1998 respectivamente.

Número de habitantes na T.I. segundo ano.

Ano	Número de habitantes
1986	316
1998	561

FONTE: G.T. 1986; G.T. 1998



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

PARTE III

ATIVIDADES PRODUTIVAS

A descrição das atividades produtivas procura demonstrar como as atividades Paumari e Apurinã desenvolvem-se abrangendo tanto lagos, quanto terra firme. Os dois ambientes são fundamentais pois, a partir das atividades aí desenvolvidas, é possível compreender a necessidade de se contemplar aumento das porções de terras fundamentais para a garantia da reprodução física e cultural dos dois grupos.

"Nós não podemos tá aqui passando necessidade. temos que procurar umas facilidades para gente comer. Então, do mesmo jeito da caça que vão socorrer onde eles tem. Assim é Paumari." Sr. Valdir do Manissuã

Existem várias atividades produtivas desenvolvidas em terra firme pelos Apurinã e Paumari: roçado e processamento da mandioca, plantio de frutas, coleta de diferentes matérias-primas que são utilizadas para construção das casas, barcos, utensílios, alimento, comercialização, entre outros.

Roçado Paumari

Para ter um roçado em terra firme é preciso primeiramente limpar a vegetação da área escolhida, derrubando e queimando a mata. Há um tempo de estio para depois limpar novamente. Finalmente acontece trabalho de plantio, quando o fim das chuvas se aproxima, entre os meses de abril e maio.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Entre novembro e dezembro é época de processar a mandioca a fim de obter farinha. Tanto entre os Paumari quanto Apurinã, cabe à mulher retirar a mandioca da terra, e aos homens carregar a produção em direção à casa de farinha onde é ralada.

O recipiente utilizado pelos Paumari para separar veneno e goma da massa da mandioca é uma canoa já velha. As mulheres trabalham na separação da massa que será torrada pelos homens.

Todo este trabalho é realizado por cada família separadamente no caso dos Paumari, e, nem todas as famílias possuem roçado. Talvez por este motivo existam várias descrições onde este povo foi tomado como pouco afeito à agricultura. Quando uma família não possui roçado a alternativa é a troca de pescados ou castanha pela farinha produzida por algum ribeirão. Ou ainda "*podem ser convidados para ajudar no trabalho. Como pagamento, recebem uma parte da roça no tempo da colheita*" (Chapman *apud* Kroemer 1985: 137-138).

Os Paumari também utilizam as praias para plantar, especialmente a praia do Cacuriã é extensamente cultivada pela comunidade do Palhal:

"Margem e centros possuem diferentes ciclos anuais. Na 'margem' (barrancos e praias) o ciclo agrícola ocorre durante os meses do 'verão' (maio a outubro), incluindo a limpa, plantio e colheita. Esse tipo de cultivo é pouco exigente em trabalho, não requerendo derrubada de árvores ou limpas constantes. O ciclo de trabalho inicia-se com a limpa da vegetação pioneira da margem (terçados e enxadas), no início do 'verão' (maio), nas praias e barrancos fertilizados pelas cheias. Após o plantio, a lavoura é vigiada contra pássaros predadores, tarefa facilitada pela pequena distância entre residências e locais de plantio. A safra é colhida por volta de outubro" (Almeida & Menezes 1994: 216-217)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Roçado Apurinã

Os Apurinã não plantam nas praias, pois utilizam somente a terra firme. As roças pertencem a cada família, no entanto há algumas roças comunitárias.

"Nos solos de 'terra firme', situados nos centros, o ciclo de trabalho é mais intensivo. Esse ciclo inicia-se no fim das chuvas (abril e maio), com a limpeza e preparo do roçado. (...) Entre julho e agosto, os homens dedicam-se a limpar a vegetação da área de floresta selecionada para o próximo roçado. Segue-se a derrubada de floresta. Há a queimada (após um mês de estio), limpeza com uma segunda queima ou coivara, quando necessário e plantio, em setembro" (Almeida & Menezes 1994: 217).

Como a agricultura tem grande importância e destaque entre os Apurinã, eles dedicam-se ao cultivo de várias culturas: tucumã, ananás, macaxeira, cará, batata, pupunha, ingá, biribá, abacate, laranja, entre outros. Muitas vezes vendem sua produção em Lábrea ou trocam com o regatão.

Coleta

Outra atividade bastante praticada tanto pelos Paumari quanto pelos Apurinã é a coleta. O material de construção e cobertura das casas, as canoas, cestos, esteiras, combustível doméstico são obtidos através da coleta dos respectivos materiais.

Os Apurinã contam que:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

"Antigamente, os Apurinã viviam morando em suas aldeias, sem nenhuma preocupação com as pessoas brancas. Nesta época, os Apurinã tinham várias aldeias, porque moravam um ou dois anos num lugar e depois mudavam para outro lugar onde tinha mais caça e mais peixes. Os Apurinã também cortavam as suas seringas e quebravam castanhas.

Os Apurinã também gostavam de morar na beira de igarapé grande onde eles tinham canoa chamada aanta. Essa canoa eles faziam da casca do pau chamado violeta. Esse pau eles derrubavam, depois marcavam o tamanho da canoa, depois tiravam a casca que foi medida e punham em cima do fogo. Quando a casca estivesse bem mole, pegavam um gancho de pau e colocavam na beira da casca, depois iam virando o beigo da casca até ficar com jeito de canoa." (Marcos 1985, 42)

A envira é extraída tanto por Apurinã quanto pelos Paumari. Normalmente é retirada através do corte da árvore inteira ou apenas superficialmente quando coleta-se somente a casca da parte superior e inferior, puxando a parte que interessa sem deixar que a casca quebre.

A dieta básica é composta por produtos obtidos da mata. Produz-se bebidas com frutos das palmeiras patoá, açai e bacaba. A castanha também é um alimento bastante apreciado para o consumo e para troca.

Entre os meses de dezembro e janeiro é bastante difícil encontrar os Apurinã nas aldeias. Apenas algumas mulheres e as pessoas mais idosas não vão ao "centro quebrar castanha".

Os Paumari contam a história do aparecimento da castanha em seu universo, segundo o Sr. Tônico do Marahã:

"Mirri disse: "Agora estamos sem Carraçu". Começaram a andar no mato e lá na frente, Carraçu que já estava vivo, encontrou uma castanheira. Tinha um ouriço embaixo, quebraram e se perguntaram como iriam dar



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

nome daquela fruta. Mirri disse: "você mastiga, vai na beira do igarapé e joga para os peixes comer, pergunta para os peixes como é o nome da fruta" Carraçu fez tudo o que o irmão mandou, quando os peixes comeram faziam muidi, muidi, muidi. Quando Carraçu virou para contar, esqueceu. Disse para Mirri: "Mirri, eu esqueci". Mirri respondeu: "mastiga mais". Jogou novamente e enquanto os peixes mastigavam Carraçu lembrava muidi, muidi, muidi. Quando virou para falar, esqueceu de novo. Mirri disse para mastigar de novo e jogar para o peixe. Assim ele fez, e lembrou. Dali mesmo, de costas, ele gritou para o Mirri: "Mirri o nome desta fruta é muidi/castanha".

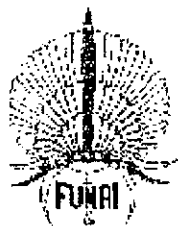
Caça

"Os Ypuriná são igualmente em primeiro lugar caçadores e lavradores, mas praticam a pesca em escala maior que os Yamamadi, portanto possuem canoas e de um modo geral gostam de empreender viagens fluviais de longo percurso" (Ehrenreich 1948: 111).

Os Apurinã aproveitam a época da "quebra da castanha" para caçar pois:

"Nos meses das chuvas abundantes, a pesca torna-se difícil. A caça, por outro lado, é obtida mais facilmente e está gorda. Inclusive ficam de certa forma 'ilhadas' com a inundação" (Almeida & Menezes 1994: 217).

Segundo Osvaldo Apurinã, os homens preferem caçar com espingarda pois desta forma a caça "*morre mais rápido*", o que não significa que determinados cuidados não devam ser tomados pois:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

"toda caça tem um chefe, o chefe do queixada é o mais magro e menor que orienta o bando.

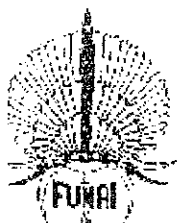
Quando o cara pega muito daquela qualidade de bicho, o chefe assombra o cara, o bicho cresce na mira dele que chega a enlouquecer. Isso é para tudo, nambú, macaco, matrinchã, o cara não pode ser profissional de um só que o chefe dos bichos vem e assombra."

Entre os Paumari, a caça ocorre principalmente quando saem para pescar e encontra-se algum animal comestível. Há maior preferência por aves. Diz-se caça também para os "bichos de casco".

"Os Paumary, como outras tantas tribos da região, também costumavam praticar a caça de jabutis e tartarugas. Mas diversamente às demais possuíam uma afeição toda especial a esse tipo de caça no qual eram considerados exímios. Preferiam estes animais a outra espécie qualquer em suas atividade de caça e pesca. As expedições realizadas para este fim, ou seja, de perseguição e caça às tartarugas chegavam a reunir uma flotilha de 20 a 30 canoas. Abatiam os quelônios com arpões e flechas arponadas ou, ainda, as capturavam assim que depositassem os ovos nas praias fluviais "(Piscoli 1993: 135)

Sr. Valdir Paumari tece considerações sobre a atividade:

" Paumari mergulha, pesca... Quando vê que não pega nada, que o bicho de casco tá arisco demais e não pode pegar de flecha, nem de jaticá, nem de haste (arpão), ele dá um jeito, vê um zé prego, um tracajá em cima do pau e vai lá. Bem devagar até chegar perto, quando chega lá, nem espera, mergulha, e já tá com a comida pronta."



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Pesca

Ao relatar o conhecimento que os Paumari têm dos peixes Sr. Valdir afirma que:

"o peixe tem uma ciência, se ele tá lá pequenininho e não morrer, no outro ano lá está ele. Agora se a gente matar, dali ele não vem mais. Por isso a gente tem a idéia de reservar a produção da água, e ficar colhendo só da terra, como castanha, copaíba, prá ver se aumenta a produção da água."

As atividades produtivas desenvolvidas na água são extremamente apreciadas entre os Paumari. Inúmeros fatores demonstram que a pesca parece estar, não só entre as atividades mais conceituadas, mas presente no topo da hierarquia de valores para o bem viver dos Paumari.

Qualquer Paumari afirma que:

"A gente que pesca, vai longe. Como dizia a história de caçador, cachorro bom de caçador vai longe, assim é nós."

Ao sair pescar cada homem na companhia de um filho e algumas vezes algum parente, rema em suas canoas pelos lagos, igarapés e até os rios Ituxi e Sepatini. Muitas vezes o critério mais relevante é trazer o melhor peixe do que pescar dentro ou fora da terra indígena.

Os Apurinã guardam o Lago Branco como o local onde há comida certa, mesmo quando não encontram caça, resta a alternativa do lago que é considerado como "a panela dos Apurinã". Por este motivo não permitem que os Paumari pesquem ali.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Os principais locais⁸ utilizados pelos Apurinã e Paumari para a pesca e para produção extrativista são:

- Margem esquerda do rio Purus, fora da terra demarcada:
Igarapé Mamoriá
- Margem direita do rio Purus, fora da terra demarcada:
rio Sepatini, em especial o local denominado Sete Bocas, onde este rio forma o igarapé Quebra Remo,
canal Repartição, onde faz confluência com o igarapé Quebra Remo.
- Margem direita do rio Purus, dentro da terra demarcada:
igarapés : Quebra Remo, Preto, Horizonte, Uidá,
lagos: Gil, Nova Fortaleza, Branco, Marahã, Macuriã, Comprido.
- Margem esquerda do rio Ituxi, fora da terra demarcada:
Igarapés Mamoriazinho, Preto, Doiã, e respectivos afluentes
lago Majuriã, Tambaqui, Doiã.

O igarapé Quebra Remo está entre os principais locais da T.I. Pode ser considerado como uma espécie de avenida principal, pois lá localizam-se as aldeias com maior número de habitantes: Crispim, Palhal; e, dá acesso às aldeias Nova Fortaleza, Bom Jardim, Estirão e Ponta. É ainda o principal itinerário de deslocamento da população indígena da T.I., bem como dos peixes que servem de alimento à todos, ou seja, aqueles peixes encontrados nos lagos Marahã, Branco e Macuriã.

⁸ Há o mapa em transparência (Anexo III) que mostra os locais onde são extraídos os principais recursos utilizados na T.I.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Relações com a sociedade envolvente

Para conservar o pescado os Paumari costumam salgá-lo. Desta forma, somente o pirarucu e os "bichos-de-casco" como a tartaruga, tracajá, jabuti podem ser conservados por mais tempo.

O pirarucu passa por um processo de salga e secagem ao sol. Os quelônios, por sua vez, podem permanecer presos por uma corda⁹ que é amarrada nas casas ou, simplesmente, são deixados de pernas para o ar, pois deste forma não conseguem virar-se.

Estes animais são bastante cobiçados regionalmente, e os Paumari sabem melhor do que ninguém pescar qualquer peixe de interesse comercial, bem como, capturar os "bichos-de-casco". No entanto, como não podem conservá-los por muito tempo, acabam permitindo, algumas vezes, a pesca nos lagos da T.I.

Alternativa pouco vantajosa, pois os Paumari são excelentes pescadores. Entretanto, a falta de alternativas para conservar o pescado, somada a pressão de pescueiros, obriga-os a adotar tal alternativa.

Os Apurinã também adotam o "empréstimo" de lagos eventualmente. Mas esta alternativa sempre é motivo de conflito na comunidade. Ao saber que há pesqueiro no lago Branco com consentimento de alguma liderança, há aqueles que sentem-se lesados e a confusão se instala. Para resolver, fazem reuniões, conversam entre si e muito pouco fica resolvido.

Passam alguns meses, e novamente há desentendimentos entre pescueiros e Apurinã, e entre eles mesmos.

⁹ Os Paumari fazem um furo no casco do animal de modo que a corda possa ser amarrada no seu casco.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

A comercialização do excedente de pescados e demais produtos é feita de duas formas: em Lábrea, diretamente com os comerciantes, ou através dos regatões, que se utilizam do sistema de troca baseado no aviamento:

"No sistema de aviamento o comerciante ou aviador adianta bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho ao produtor, e este restitui a dívida contraída com produtos extrativos e agrícolas. É pois, uma forma de crédito mais eficiente que o sistema financeiro formal, incapaz de chegar aonde o produtor está." (Aramburu 1994: 83)

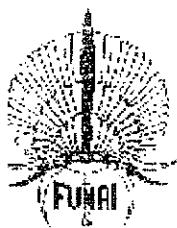
Em Lábrea, os Apurinã conseguem melhor preço pelos seus produtos. Com os regatões, Paumari e Apurinã, trocam sua produção por bens industrializados básicos a preços elevados: açúcar, sal, café, roupas, tecidos, querosene, fósforos, ferramentas para trabalhar no roçado, anzol, linha, e algumas vezes por motor.

A troca da produção indígena por objetos manufaturados implica em uma dívida que nunca acaba.

As constantes e infindáveis dívidas adquirem proporções consideráveis, que variavam entre R\$ 600,00 a R\$ 1000,00 para cada homem adulto. A maioria das famílias, ao longo dos anos, não consegue "saldar" suas dívidas, mesmo pagando com toda a sua produção.

Agrava-se a situação a existência de um código de fidelidade estabelecido entre as partes. Na medida em que os índios podem encomendar mercadorias, "ajuda-se" o regatão.

Segundo o patrão, como é denominado o regatão, ele vem de longe trazer tudo aquilo que os "índios querem", e somente eles têm tal "disposição" para enfrentar distâncias e mau tempo, em alguns períodos. Os altos preços praticados por este tipo de serviço também são justificados na medida em que



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

o regatão "*tem muitos gastos*" com mercadorias, combustível e tempo no deslocamento.

Neste círculo vicioso há ainda uma escala de valores que coloca os índios em constante desvantagem na negociação. O produto industrializado é bem mais valorizado do que a produção indígena ou ribeirinha, considerada uma produção menos qualificada e, portanto, remunerada a baixos preços.

Com grandes dívidas contraídas, muitas vezes os índios são obrigados a "ajudar algum patrão" cedendo um lago para que algum interessado não índio pesque na T.I. Segundo Luzimar:

"O peixe que eles dão um lance no inverno a gente divide. No verão não precisa pois tem muito peixe."

Na aldeia do Crispim as trocas são realizadas com os missionários. A própria produção de artesanato é bastante intensa. Os índios de outras aldeias eventualmente trocam seu artesanato, especialmente quando estão precisando de algum remédio. Os Paumari da aldeia do Palhal não estabelecem trocas com os missionários, pois não se consideram crentes, preferindo ir até Lábrea ou esperar o regatão para adquirir seus bens de consumo.

Desta forma está traçado o quadro das relações estabelecidas regionalmente, onde consolidam-se pressões, realizam-se trocas e firmam-se compromissos.

A história de ocupação e exploração do rio Purus mostra que primeiramente foram os Paumari que adotaram a troca como alternativa para obter bens da sociedade envolvente.

Em 1866 Chandless descreveu que os Paumari:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

" Alguns negociantes, que têm empregado uma aldeia inteira deles, tiram 200 a 300 tartarugas em um só dia de trabalho. Contei mais de 60 canoas flutuando rio abaixo, à caça de tartaruga, indo em cada uma delas uma mulher remando, e um índio de pé, na proa, como uma estátua, à espreita do aparecimento do quelônio.. O preço regular de uma tartaruga é uma ponteira de ferro com borda para flecha, ou duas sem borda; quando o rio está cheio, pedem mais" (CHANDLESS 1949: 26)

A participação dos Apurinã se deu mais em função da economia da borracha que, segundo Schultz e Chiara (1955: 182)

"Os Apurinã vivem em contato constante e dependência econômica com seus vizinhos neo-brasileiros, empregando-se os homens como seringueiros, trabalhadores de roça, caçadores e pescadores. As mulheres dedicam-se à fabricação de vasilhames de barro cozido, bilhas d'água e "buiões", isto é, fornos de barro cozido utilizados para defumar o látex."

Atualmente há algumas restrições relativas à prática adotada pelos Paumari quanto a venda ou troca de produtos anteriormente abundantes na região. O peixe-boi, por exemplo, hoje não é encontrado com facilidade. Os quelônios também não podem ser 'comercializados', bem como os demais peixes cobiçados pelo comerciantes. Tampouco a madeira, objeto de troca adotado durante alguns anos por Paumari e Apurinã, é comercializada.

Teoricamente o comércio de tais "produtos" deve obedecer determinadas prescrições, tal como a época da reprodução ou manejo florestal, por exemplo. Na realidade, estas prescrições são muitas vezes relevadas pelos comerciantes da região, contribuindo para a diminuição de determinadas espécies na região.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Mesmo que alguns destes recursos continuem sendo bastante procurados, a troca de peixes, quelônios, madeira e látex, não representam as únicas alternativas adotadas por estes povos ao longo dos anos. Atualmente a castanha tem se mostrado a melhor alternativa econômica.

"Só na região amazônica, a extração vegetal é responsável pela produção de borrachas (havea, caucho e maniçoba), gomas não-elásticas (balata, chicle, maçaranduba, sorva, rosadinha, coquirana), ceras (carnaúba), fibras (buriti, guaxima, malva, tucum), tanantes (angico, mangue), corantes, produtos aromáticos e medicinais (ipecacuanha, jaborandí, jatobá, guaraná), alimentícios (açai, castanha-do-pará), e oleaginosos (copaíba, cumaru, babaçu, andiroba, murumuru, ucuuba). Cada um desses produtos está ligado a um determinado tipo de trabalhador e gênero de vida, compondo um variadíssimo mosaico social e cultural no interior da região Norte. Em quase todas essas atividades o trabalho indígena foi fundamental, nos séculos XVII, XVIII, XIX. Em algumas, continua sendo até hoje, final do século XX. Índios e caboclos foram os pilares da vida econômica estruturada em torno do extrativismo, nos sertões da Amazônia." (Leonardi 1996: 74-75)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

PARTE IV

MEIO AMBIENTE

Para melhor esclarecimento técnico sobre este item há informações mais precisas no relatório (**Anexo V**), elaborado pelo biólogo Paulo Labiak Evangelista, integrante do G.T.

Ao definir geograficamente uma região na Amazônia, Antônio Porro (1998) alerta para o risco em se perder as especificidades ecológicas ao generalizar várzea e terra firme.

De um modo geral e para os fins deste trabalho é necessário entender que:

"a várzea é a planície aluvional propriamente dita ou o leito maior dos rios; é a região sujeita, parcial ou totalmente, às inundações anuais e seu solo é constituído de sedimentos quaternários depositados anualmente pelo rio" (Porro 1998: 176).

A região do médio Purus está enquadrada na várzea amazônica, apresentando um elevado índice de deposição de sedimentos na medida em que é *"recortada por igarapés e lagos temporários e permanentes."* (Porro 1998: 176)

Portanto:

"(...)O ciclo biótico da várzea e,consequentemente, o ciclo anual das atividades de subsistência humanas depende (...) do regime fluvial.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

O nível das águas (...) começa a subir em novembro, atinge o clímax de maio a julho para cair de agosto e chegar ao mínimo em outubro. Com a retração das águas as partes mais baixas da várzea retêm a fauna aquática nos lagos do interior, onde ela se concentra de forma a tornar a caça e a pesca altamente produtivas." (Porro 1998: 177)

Tal caracterização é importante na medida em que explica a abundância piscosa da região e, assim, justifica a necessidade de preservar os recursos ambientais necessários ao bem-estar dos Paumari e Apurinã. Estes povos têm o domínio dos conhecimentos necessários para garantir os recursos indispensáveis à sua sobrevivência física e cultural enquanto grupo.

Segundo dados levantados pelo biólogo Evangelista, a pesca segue uma lógica onde:

"A escolha e preferência pelos locais de pesca dos índios é regida principalmente pela sazonalidade e período reprodutivo desses animais. No verão, quando o nível das águas atinge seus níveis mínimos, a pesca é realizada principalmente nos lagos e no leito dos igarapés, onde concentram-se o maior número de peixes. Nesse período as atividades de pesca são ainda realizadas principalmente nos lagos, sendo agora procuradas a foz dos igarapés quando as espécies saem em cardumes tomando-se presa fácil, e as margens recentemente alagadas para onde os peixes se dirigem à procura de alimentos" (Evangelista 1998: 15-16)

Com relação à caça:

"Entre os mamíferos (...), a maioria das espécies é encontrada nas florestas de terra firme. Seguindo também as características impostas pela sazonalidade, os mamíferos terrestres são encontrados nas áreas de igapó ou nas florestas de várzea apenas no verão, quando os mesmos descem



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

das áreas mais altas para se alimentarem das raízes e frutos acumulados durante a época das cheias. Sua reprodução e desenvolvimento dependem, em grande parte, das áreas de terra firme. Deve-se ressaltar que a cadeia alimentar onde incluem-se os grandes mamíferos, apresenta como característica importante a participação de animais em vários níveis de atividade trófica. Os maiores deles, por sua vez, realizam longas caminhadas a procura de alimento e, geralmente, apresentam território de atuação limitada pela presença de outros indivíduos de outra espécie. Isso requer uma área mínima à sobrevivência das espécies, que deve variar conforme as características biológicas de cada grupo e das disponibilidades ambientais, permitindo que a manutenção do equilíbrio gênico e o suporte da prática da caça possam ser mantidos." (Evangelista 1998 15-16)

Portanto as áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural dos Apurinã e Paumari são:

- Margem direita do rio Purus, fora da terra demarcada:
rio Sepatini,
parte do igarapé Quebra Remo,
canal Repartição.
- Margem direita do rio Purus, dentro da terra demarcada:
igarapés : Quebra Remo, Preto, Horizonte, Uidá,
lagos: Gil, Nova Fortaleza, Branco, Marahã, Macuriã, Comprido
- Margem esquerda do rio Ituxi, fora da terra demarcada:
Igarapés Mamoriazinho, Preto, Doiã e respectivos afluentes.
lagos Majuriã, Arurã, Tambaqui, Doiã.
- as áreas de terra firme localizadas nas proximidades dos igarapés Majuriã, Doiã, Quebra Remo e Horizonte; igualmente imprescindíveis, pois contém os castanhais e demais recursos utilizados pelos Apurinã e Paumari .



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Estes povos estão constantemente sujeitos à pressões de moradores das proximidades que vivem do extrativismo vegetal, tal como castanha e madeira.

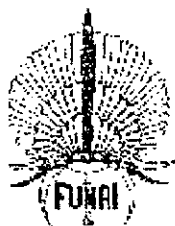
Sem qualquer espécie de manejo florestal, existem grandes madeireiros e uma extensa rede de empregados alocados na cidade de Lábrea e entre a população ribeirinha local. Áreas localizadas dentro da T.I. situadas à margem do rio principal, o Purus, já foram exploradas exaustivamente.

Outra ameaça presente está entre os pesqueiros da região, bem como aqueles que saem de Manaus para explorar estes recursos. Toneladas de peixes são retiradas através de redes e extensas malhadeiras colocadas na desembocadura dos lagos temporários, igarapés e rios Ituxi e Sepatini.

Tal atividade é extremamente predatória. Muitas vezes os pesqueiros chegam a distribuir aqueles peixes sem valor comercial aos índios em troca do "empréstimos de lagos", de onde é retirado o pescado de boa qualidade e tamanho.

Os Apurinã sempre estão em conflito com os pesqueiros da região pois, constantemente, há promessas não cumpridas, negociações enganosas que fazem com que os índios realizem apreensões de instrumentos de pesca e de pequenas embarcações na T.I.

O local denominado Repartição, localizado na margem direita do rio Purus, é um canal que liga o igarapé Quebra Remo, fundamental para todas as atividades desenvolvidas pelos índios, ao rio Purus. Tal canal ou igarapé é palco de inúmeros conflitos entre pesqueiros e população indígena na T.I., pois está fora dos limites, mas é uma porta de entrada para o principal igarapé que banha os lagos mais usados por todos os habitantes da T.I. Portanto é local preferencial que os pesqueiros usam para entrar no igarapé ou colocar suas malhadeiras obstruindo a entrada de peixes (Anexo VI)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

V PARTE

REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

A população indígena do médio Purus tem aumentado na última década conforme demonstram os dados disponíveis. Segundo levantamento realizado pelo G.T. de 1986 e G.T. de 1998, em 1986 a população total era de 316 indivíduos, atualmente há 561.

O maior índice de crescimento populacional pode ser constatado através do número de indivíduos na faixa etária entre 0 e 20 anos, estes representam mais da metade da população da T.I., com percentual aproximado de 60% da população.

Tabela 4 - Distribuição Percentual da População Paumari e Apurinã da T.I. Paumari do Lago Marahã por Faixa Etária.

Faixa etária	Porcentagem Paumari	Porcentagem Apurinã
0-10	39,95%	27,27%
11-20	26,23%	11,04%
21-30	14,46%	7,79%
31-40	8,82%	3,89%
41-50	3,92 %	4,54%
51-60	3,68%	0,64%
+ de 60	1,96%	0,64%
Total	100%	55,84%

FONTE: G.T. 1998



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Cosmologia

Segundo Seu Agostinho Paumari:

"Naquela época nós não tinha deus, não tinha nada, não tinha este negócio de FUNAI. Vivia como no começo mesmo. Tinha fé no pajé, quando alguém tava enfermo o pajé curava. Era a maior bagunça. O pajé curava com rapé, tudo era uma coisa ruim.

O pajé sabia tudo, se alguém tá pensando uma coisa aqui, lá ele já tá sabendo. Ele conversava com os espíritos. Se a gente tá falando mal aqui, lá da minha balsa, ele tá sabendo.

Tinha uma casa grande, sem assoalho, no chão mesmo, reunia o povo pra cantar, pra dançar e comer a noite todinha. Comia peixe-boi, tartaruga, tracajá, tambaqui, tudo. Aí que era a festa dos Paumari primeiro.

Ele conhecia o espírito de cada caça e cantava."

O pajé mediava todos os principais ritos de passagem da vida de um Paumari. Segundo Ehrenreich:

"após o nascimento da criança, o pai se abstém por algum tempo dos alimentos de carne; nisso é acompanhado pelo sogro, se este mora na mesma casa. Celebra-se uma festa quando a criança recebe a primeira carne para comer. Nessa ocasião executa-se a 'dança da tartaruga', depois da qual o médico-feiticeiro (arabani) administra à criança um pouco de cachaça e carne de tartaruga mastigada." (Ehrenreich 1948: 99)

Os Paumari contam que a cada nova carne de caça a ser ingerida pelas crianças uma nova mediação deveria ser feita pelo pajé, do contrário a criança poderia vir a adoecer e até morrer.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

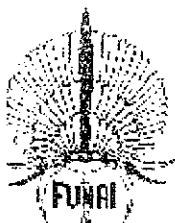
As meninas ao "*se formar*", ou menstruar pela primeira vez, ficavam presas por alguns meses até a vazante, quando deveriam sair para uma festa com muito canto, dança, comida e rapé.

Nesta festa, todos comiam muito tracajá, pirarucu, peixe-boi e dançavam a noite inteira embalados pelo canto do pajé e suas auxiliares. A menina presa não podia ter contato com nenhum "branco", pois, caso tivesse, a onça poderia devorá-la.

De um modo geral, a onça é tomada como uma ameaça constante, na roça, na aldeia e nos flutuantes, próximos às "beiradas". Os Paumari procuram deixar a lamparina acesa quando vão dormir, desta forma dizem que espantam a onça que "*é a testa de ferro, come tudo: paca, tatu, cotia, queixada, anta; tudo ela mata*".

"Boa parte do trabalho xamanístico, (...) consiste em dessubjetivar os animais, isto é, em transformá-los em puros corpos naturais capazes de serem consumidos sem dano; em contrapartida, o que define os espíritos é precisamente o serem incomestíveis; isto os transforma em comedores por excelência, isto é antropófagos. Dessa forma, é comum que os grandes predadores sejam a forma predileta de manifestação dos espíritos, e é compreensível que, para os animais de presa, os humanos sejam vistos como espíritos, que os espíritos e os animais predadores nos vejam como animais de presa. E que os animais tidos por incomestíveis sejam assimilados a espíritos". (Viveiros de Castro 1996: 139)

A iniciação do pajé consistia de várias provas pelas quais deveria passar ao longo da vida. O filho escolhido de um pajé acompanhava o pai para dar início à arte e ofício.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

O pajé deveria deixar-se ferrar pela formiga tucandeira sem sentir dor, deveria abraçar o tachizeiro¹⁰ sem ser ferrado pelas formigas, beber do cipó "coribu" sem vomitar, não enfraquecer contraindo doenças de pele e não casar até estar apto para a função.

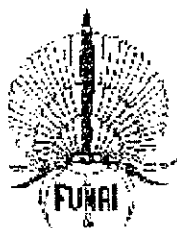
O principal instrumento utilizado pelo pajé era o rapé. Segundo Steere:

"As folhas verdes são tostadas ao fogo e pulverizadas em pequenos almofarizes, feitos com o ouriço da castanha do Pará, e depois misturadas com cinza. Para este fim usam a cinza da casca do cacauero. Inalam o rapé por meio de um par de ossos ocos de pernas de aves. Amarram-nos lado a lado com uma trança de algodão e arredondam as extremidades superiores com cera de abelha para que se adaptem às narinas. Coloca-se um quarto ou metade de uma colher de rapé na palma da mão ou numa concha e aspira-se com uma ou duas longas inalações. A caixa de rapé é feita de uma concha do rio à qual se colou um gargalo de osso" (Steere 1949: 220)

O rapé podia ser inalado durante qualquer momento, sem motivo especial. As mulheres dificilmente usavam de tal artifício. No caso de doença o rapé era utilizado no processo de cura:

"Além do uso religioso do koribó, os pajés o usam antes de tratar qualquer doença: o pajé suga fortemente no paciente, às vezes na parte afetada, a fim extrair a doença. Depois corre para a floresta, fazendo esforço até vomitar, e em seguida volta ao paciente e mostra alguns objetos, como gafanhotos, pedaços de madeira ou um osso, dizendo que foram tirados do corpo." (Kroemer 1985: 137)

¹⁰ Tachizeiro é uma árvore da família das leguminosas que pode servir de abrigo para várias espécies de formigas pois possui estruturas ocas que ficam nos pecíolos foliares.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Os Paumari, ao narrar a sua origem no mundo, explicam a enfermidade de pele que os mais velhos têm. Esta característica permite aos ribeirinhos acreditar que *"pintura de Paumari pode pegar"*, ou seja, é preciso tomar certo cuidado com este povo. Assim contou Sr. Tônico Paumari:

"Enquanto juntavam as frutas Carraçu tirou cipó títica e começou a tecer. Dos pés até o pescoço. Mirri perguntou o que o irmão estava fazendo, Carraçu respondeu que estava tecendo, e falou que o nome da fruta era muidi, depois disso caiu no igarapézinho. Este cipó que ele estava tecendo virou uma cobra na água.

Neste momento eles já estavam fazendo o umbigo da pessoa. Mirri ficou preocupado porque o Carraçu ficou dentro daquele tecido que virou cobra. Mirri pensava no que poderia fazer para salvar seu irmão. Resolveu procurar o avô deles, que é o manguari, convidar a gaivota, socó, todos os pássaros que sabem arpoar.

O outro irmão saiu convidando os pássaros para arpoar a cobra e tentar segurá-la. Cada um deu uma varada na cobra e não tinha jeito do arpão entrar nela. Pensaram que não iam salvar o Carraçu e resolveram chamar outro avô, o ariramba, um pássaro bem pequeno que gosta de ficar em igarapé pequeno.

O segundo irmão foi convidá-lo e ele veio. Quando o ariramba chegou os outros pássaros começaram a zombar dele, pois eles que eram eles não conseguiam arpoar, imagina quem era pequeno.

Quando começaram a rir dele, o ariramba ficou bravo e começou a empurrar o bico dele que hoje em dia é a fala dele: quid, quid. O ariramba arpoou e entrou com o bico na cobra. Carraçu que estava dentro da cobra gritou. A cobra já ia saindo para o rumo do rio.

Os irmãos acharam que precisavam de mais gente. Mirri pegou um pau e bateu em outros paus, assim apareceu a classe d'jara (brancos).



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Mas a cobra ia levando a turma. Mais na frente Mirri bateu em outro pau, jutaí de terra firme, e apareceu Apurinã. Assim ele foi fazendo. Saiu batendo nos paus, e em cada um que batia saia duas pessoas, um casal de cada (outros índios). Eles ficavam segurando na corda.

Mirri continuava preocupado porque a cobra já estava chegando no rio. Tinha o pau mulato, Mirri bateu e apareceu um casal de pessoas morenas (negro).

A cobra diminuiu a velocidade, continuou mais devagar seguindo o rumo. Mirri ainda não sabia o que fazer. Viu que não tinha mais pau, pegou barro e jogou no chão. Apareceu dois Paumari que conseguiram segurar a cobra.

Pegaram a cobra, mataram e abriram. Carraçu saiu e todas as pessoas que tinham aparecido dos paus caíram dentro da cobra se banhando com o sangue.

O Paumari ficou com nojo de cair dentro da cobra e ficou assim, só passou em alguns cantos. Por isso que os Paumari pegavam muita mancha na pele. Os outros índios não pegaram porque eles caíram dentro da cobra e se banharam com seu sangue. Por isso também que os Paumari têm facilidade para pegar outros tipos de doença da pele, é que ele teve nojo de passar o sangue da cobra, alguns passaram outros não, alguns são limpos outros não.

Depois de se banharem no sangue da cobra, aquela multidão saiu atrás do Mirri, Carraçu e os outros irmãos.

Mais na frente, na beira do rio, Mirri perguntou ao d'jara(brancos) onde ele queria morar. D'jara respondeu que queria morar na beira do rio, e ali ficou. Continuaram andando e Mirri perguntou aos Apurinã onde queria ficar, eles responderam que era na beira do igarapé. Ali ficaram. Assim cada nação preferiu beira de igarapé. O último, Paumari, escolheu morar na beira do lago."



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

De acordo com Sr. Tônico, por isso :

"Os Paumari quando morrem vão bater certinho num lago grande. Lá tá cheio de Paumari dançando para roçar, para carregar água, para tudo. E Mirri e Carraçu são aquelas estrelas pequenas amontoadas lá em cima".

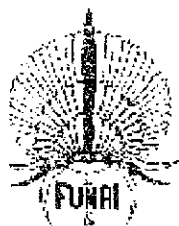
A primeira localidade que o SIL chegou a atuar entre os Paumari foi na T.I. Paumari do Lago Cuniuá, no lago da Cobra, rio Tapauá, o local de maior povoamento Paumari, segundo documentos da Prelazia de Canutama. Posteriormente deslocaram-se para o lago Marahã permanecendo até hoje.

No Marahã, o SIL atua desde meados da década de 60, permanecendo por todos estes anos tentando evangelizar todas as comunidades da T.I. Paumari do Lago Marahã. Tal empreendimento é bem sucedido na aldeia do Crispim.

Mesmo assim, a evangelização implicou na existência de apenas dois pajés atualmente, ambos são da aldeia do Palhal. Também é somente nesta aldeia que realiza-se a festa da menina que se "forma".

Há pelos menos um pastor Paumari que realiza o culto aos domingos, na escola do Crispim. A Bíblia foi editada em 1995, na língua Paumari. Especialmente os índios desta comunidade rezam em Paumari e falam das coisas do diabo. Antigas cantoras que acompanhavam os pajés hoje traduzem aquelas canções para uma linguagem onde Egito, camelos e desertos estão presentes, ocupando o lugar de grandes predadores, demais animais e espíritos da mata.

Segundo relata Dário, no depoimento colhido pela equipe da OPAN :



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

"Antes deles chegarem ninguém era crente. Aí foi quando o pessoal, alguns deles, aceitaram Jesus. Foi dessa vez dos primeiros missionários que apareceram lá no Xilá (Lago Cuniuá), todo mundo se converteu, até eu dessa vez me converti...A dança eles falavam que isso era coisa do diabo né. o pajé, a dança dele era obra do diabo, eu não sei dizer se era mesmo..." (Menendez 1997: 12).

Entre os Apurinã, os missionários foram obrigados a sair pois ocorreu um desentendimento entre estes e os índios, conforme foi descrito anteriormente.

"A sociedade Apurinã estrutura-se segundo um modelo dual (...), repartindo-se nas metades patrilineares exogâmicas "Xuapuriniri" e "Meytemanet". Diz a regra que os homens de uma "classe", como traduzem os Apurinã, casam-se com mulheres da outra, vindo os filhos a pertencer à classe do pai. O que identifica, no cotidiano, cada uma das metades são os tabus alimentares a que seus membros estão obrigados. Assim, os da metade Xuapuriniri estão proibidos de comer nambú-galinha (...), enquanto os da Meytemanet não podem comer o caititu (...). Transgredir esse preceitos colocaria o indivíduo sob a terrível ameaça de ser devorado pela "onça". (Daí Poz Neto 1985: 49)

Segundo os Apurinã da aldeia Nova Fortaleza, os Xuapurinin podem comer tudo desde que separados da outra metade. Já os Meytemanet não podem comer porquinho, coati, sarapó, nanbú-galinha e tamanduá. Aqueles que comem tudo são mais valentes.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Consideram-se valentes pois *"quando Apurinã tem que atacar alguém, espera formar o tempo, que a pessoa já fica assustada"*. Contam que "os antigos" comiam gente, de acordo com o relato do Chicão:

"Tinha um Apurinã que tinha 5 filhas, e tinha outro que só comia gente. Este que só comia gente pegou aquelas 5 filhas e comeu 4, teve uma que cismou, daí ele disse: 'tu não vai por este caminho que foi aí que as outras tuas irmãs fugiram'. Quando ele saiu a moça foi e disse: 'vou ver o que tem no caminho'. Achou um vaso com ossos, daí ela se escondeu e ele chegou com um paneiro de castanha. Quando ele chegou e chamou a moça, ela tava escondida, falou: 'o que eu vou comer agora'. Tirou a batata da perna e começou a comer, tirou a outra e também comeu, quando não conseguia ficar mais em pé a moça já tinha avisado o pai. O velho chegou e fez um fogo e na cinza que ele queimou nasceu o caspiri e awivi, que são a folha de mascar e o rapé. Daí nunca mais faltou e o povo que ficou continua usando."

Entre os Apurinã há um pajé que foi o primeiro morador no lago Branco, Sr. Sebastião. O uso do rapé também é encontrado entre os pajés deste povo:

"Como todas as tribos do Purus, os Ipuriná são inveterados tomadores de rapé de tabaco. (...) O rapé é feito com folhas de tabaco secas e pulverizadas, misturadas às cinzas de diversas madeiras. Conservam-no numa casa de caracol com um gargalo feito com um pedacinho de taquara, utilizando como rolha um tufo de penas de tucano. Para aspira-lo usam pequenos ossos de aves (...)" (Gonçalves apud Ehrenreich 1991: 129)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

O primeiro morador no lago Branco, Sr. Sebastião, é responsável pelo Xingané, festa que os Apurinã realizam sempre que chega alguém de fora.

Ehrenreich, em 1888, observou o Xingané ou dança do tucano:

"Na véspera de todos os empreendimentos de importância, como expedições de guerra e caças, realizam-se danças acompanhadas de cantos. Nas danças caminham simplesmente em círculo, com singulares passos compassados, dando dois passos para a frente com um dos pés, e em seguida, puxando o outro. (...) As canções referem-se aos resultados que se esperam da guerra ou da caça (...). (Ehrenreich 1948: 127)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

VI PARTE

LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

A presença de ocupantes não índios na T.I. está intimamente relacionada ao processo de ocupação e exploração que predominou no Purus durante a economia da borracha, conforme descrito na I Parte deste relatório, no item Histórico da Ocupação.

Apenas alguns dos antigos seringalistas e seringueiros permaneceram na região. Atualmente desenvolvem outras atividades ainda vinculadas ao extrativismo de produtos da floresta, principalmente madeira, castanha, praticando também a agricultura. Inclusive, alguns posseiros não residem na terra. Morando em Lábrea, vão até os locais que dizem ter posse apenas para desenvolver atividades extrativistas.

Conforme foi descrito anteriormente, tal ocupação é característica do período mais violento que se abateu sobre a região do rio Purus. Com a finalidade de sustentar a empresa seringalista, ocorreram diferentes incentivos e patrocínios a fim de deslocar mão-de-obra da região nordeste para o Purus, bem como, omissão por parte do Estado quanto a defesa dos territórios indígenas.

Na T. I. Paumari do Lago Marahã, os ocupantes não índios vivem no limite da terra demarcada em 1996, porém, dentro das terras utilizadas para as atividades produtivas tais como a pesca, coleta de castanha e de matéria-prima utilizada para para a produção de inúmeros artefatos. Portanto, localiza-se em porções de terras imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar e à reprodução física e cultural dos Paumari e dos Apurinã.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Com a presença de tais ocupantes, os índios deixam de ser os únicos e legítimos ocupantes a ter acesso exclusivo às riquezas dos rios, lagos e solo existentes dentro das terras à que têm direito.

Quadro Demonstrativo de Ocupantes Não Índios	
Ocupantes	1. João Rodrigues da Costa
	2. Leoneide Jorge Campos
	3. Maria Arlete Evangelista Amorim
	4. Antônio Viana da Silva
	5. Francisco Carolino de Sales
	6. Nivaldo de Oliveira de Albuquerque
	7. João Monteiro de Souza
Nº/LVA	01
	02
	03
	04
	05
	06
	07
Localização	1. Leito principal do rio Sepatini/ Repartição/Margem direita do rio Purus
	2. Margem direita do rio Purus
	3. Igarapé Mamoriá/Lago Majuriã/Margem esquerda do rio Ituxi
	4. Lago Arurã/Margem esquerda do rio Ituxi
	5. Lago Tambaqui/Margem esquerda do rio Ituxi
	6. Igarapé do Doiã/Lago da Cutia/ Margem esquerda do rio Ituxi
	7. Margem esquerda do rio Ituxi/Igarapé do Doiã



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

Residente no Imóvel	1. não
	2. sim
	3. não
	4. não
	5. não
	6. não
	7. sim
Tempo de Ocupação	1. 20 anos
	2. 32 anos
	3. 36 anos
	4. 37 anos
	5. 36 anos
	6. 90 anos
	7. 60 anos
Área do Imóvel/ha	1. 60 há
	2. 50 há
	3. 250 há
	4. 600 há
	5. 125 há
	6. 2.800 ha
	7. 120 há
Nº de Famílias	1. zero
	2. 01
	3. zero
	4. zero
	5. zero
	6. zero
	7. 03

FONTE: G.T. 1998



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

VII PARTE

CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

O objetivo deste trabalho foi demonstrar a forma com que os Apurinã e os Paumari concebem a territorialidade e, assim, comprovar a necessidade de revisar os limites da Terra Indígena Paumari do Lago Marahã.

Mesmo que a característica mais marcante dos Paumari esteja na grande afinidade que apresentam com a água, procurou-se demonstrar que a terra firme também está inscrita na cultura Paumari há muito tempo.

Além dos recursos extraídos da terra firme, necessários para inúmeras atividades desenvolvidas pelos Paumari, tais como confecção de cestos e esteiras, casas, remos, artefatos para pesca e alimentos, ainda há as relações de troca com a sociedade envolvente, que se estabeleceram desde o século passado.

Neste sentido, a extração de castanha tem sido a melhor alternativa encontrada não só pelos Paumari mas também pelos Apurinã, em especial durante o período de escassez de peixes ou o "inverno", época em que os frutos da castanheira começam a cair.

Os Apurinã demonstram a imprescindibilidade das terras que ficaram fora da demarcação através da sua ocupação explícita do território. Os plantios de inúmeras culturas espalhados por grande faixa da T.I. somada à coleta de produtos encontrados na mata, fazem destes índios um povo essencialmente de terra firme. Seus castanhais são trabalhados sistematicamente, tanto que torna-se difícil encontrá-los nas aldeias em determinadas épocas do ano. Famílias inteiras estão na mata coletando castanha.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

A defesa de seu território também é outra característica marcante dos Apurinã. A presença de um invasor sem consentimento da comunidade representa uma ameaça, muitas vezes levada a extremos que vão desde a divisão e cisão da comunidade até a expulsão do invasor ou apreensão de seu instrumento de trabalho na aldeia.

Desta forma, faz-se necessário dar continuidade ao processo de regularização fundiária da Terra Indígena Paumari do Lago Marahã revisando os limites, já demarcados e homologados.

O critério para definir tais limites não foi baseado na extensão da ocupação destes povos no passado, quando foram subjugados e violentados pelas ocupações e explorações que ocorreram na região, nem tampouco, todo o território percorrido nas viagens realizadas pelos Paumari cotidianamente.

Procurou-se compreender quais as porções de terra deixadas fora do que tradicionalmente ocupam mesmo sem o reconhecimento oficial, ou, aquelas porções que estão de acordo com a definição constitucional de terra indígena que compete à União fazer respeitar.

Tais porções de terras são:

- Margem direita do rio Purus, limite oeste fora da terra demarcada:

Rio Sepatini, ou local da formação do igarapé/paraná Quebra Remo que não foi contemplado pois, em todos os mapas da T.I., parte deste igarapé aparece localizado onde os índios conhecem como igarapé do Horizonte, local tradicional de coleta de castanha amplamente utilizado pelos Apurinã. Ou seja, o igarapé Quebra Remo dos mapas oficiais não contempla toda a extensão daquele igarapé que é central na vida de todos os habitantes da T.I.

No mesmo igarapé, os índios enfrentam problemas no local onde ocorre o encontro do igarapé Quebra Remo com o canal conhecido como Repartição, onde o rio Purus liga-se ao igarapé Quebra Remo. Os índios esperam que sejam colocadas placas neste local para que não ocorram mais invasões de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

pesqueiros na T.I., tais invasões atingem diretamente o igarapé e conseqüentemente os principais lagos.

- Margem esquerda do rio Ituxi, parte dos limites leste e sul da terra demarcada:

Os igarapés localizados na margem esquerda do igarapé Mamoriazinho, limite sul da T.I., estão dentro da terra demarcada. No entanto, parte do Mamoriazinho, demais igarapés que estão na margem direita e lago Majuriã ficaram fora da demarcação. Este igarapé aparece nos mapas de demarcação com o nome de Camanaã, denominação desconhecida em toda a região. Esta porção de terra é imprescindível pois estes igarapés são bastante usados por permitirem acesso aos castanhais, bem como escoamento da produção de castanha pelo rio Ituxi.

Com isso, os lagos Majuriã, Arurã, Tambaqui, Doiã estão localizados na margem do rio Ituxi e portanto são muito frequentados na época da coleta da castanha. Toda a produção dos castanhais sai por estes igarapés que são tributários dos lagos localizados na margem do rio Ituxi.

O limite sul localizado no lago Doiã e igarapé do mesmo nome permite o desenvolvimento dos trabalhos nos castanhais. Desta forma, os igarapés e afluentes que eram o problema do antigo limite e motivo de inúmeras reivindicações ficam dentro da T.I.

Portanto, desde que revisado os limites, acrescidos de parte da terra que ficou fora da demarcação, o preceito constitucional será respeitado e as terras realmente imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades produtivas, utilizadas para habitação permanente, os recursos ambientais necessários ao bem-estar e reprodução física e cultural dos Apurinã e Paumari estarão contempladas segundo seus usos, costumes e tradições.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA & MENEZES. 1994. "Acre - Reserva Extrativista do Alto Juruá" In: ANDERSON, Anthony [et al]; ARNT, Ricardo (edição). 1994. *O destino da floresta*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. pp. 165-226.
- ARAMBURU, Mikel. 1994. "Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, número 25, ano 9: 82-99.
- CHANDLESS, William. 1949. "Notas sobre o Rio Purus". *Separatas dos Arquivos da Associação Comercial do Amazonas*, vol 9 :21-29, vol. 10: 29-40.
- CHAPMAN, Shirley. S/ data. Problems in Paumari Acculturation/Paumari Residence. *Mimeo*. Summer Institute of Linguistics.
- CRUVINEL, Noraldino Vieira. 1998. Relatório sobre revisão de limites da Terra Indígena Boqueirão. DEID/FUNAI/BSB.
- DAL POZ NETO, João. 1985. Relatório de reestudo da Área Indígena Caititu. DEID/FUNAI/BSB.
- EHRENREICH, Paul. 1948. "Contribuições para a etnologia do Brasil". *Revista do Museu Paulista*, vol. II: 7-138.
- GONÇALVES, Marco Antônio (org.) 1991 *Acre. História e Etnologia*. Rio de Janeiro: Núcleo de Etnologia Indígena/Laboratório de Pesquisa Social/UFRJ.
- KROEMER, Gunter. 1985. *Cuxiuara*. São Paulo: Edições Loyola
- LEONARDI, Victor. 1996. *Entre árvores e esquecimentos*. Brasília: Paralelo 15 Editores.
- MARCOS, Francisco Apurinã. 1985. "Canoa de casca de pau". In: Monte & Carvalho (org.) *Fábrica de Índio*. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre/Funarte. pp. 42.
- MENENDEZ, Larissa Lacerda. 1997. Relatório de atividades/Equipe Tapauá. OPAN
- EVANGELISTA, Paulo Labiak. 1998. Caracterização Ambiental da Terra Indígena Paumari do Lago Manissuã. Mimeo



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

- PISCOLI, G. C. 1993. *Sociedades tribais e expansão da economia da borracha na área do Juruá-Purus*. Doutorado. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- PORRO, Antônio. 1998. "História Indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI a XVIII". In: M. Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. pp. 175-196.
- RIBEIRO, Berta G. 1995. *Os índios das águas pretas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, Darcy. 1982. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes.
- SCHULTZ, Harald & CHIARA, Vilma. 1955. "Informações sobre os índios do alto rio Purus". São Paulo. *Revista do Museu Paulista*. Nova série, Vol. IX: 181-200.
- STEERE, Joseph Beal. 1949. "Tribos do Purus". São Paulo. *Sociologia. Revista didática e científica*. Vol. XI, ano nº1: 64-78 e 212-222.
- URBAN, Greg. 1998. "A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas." In: M. Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. pp. 87-102.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1996. "Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio". *Mana*, vol. 2, número 2: 115-144.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MANAUS

ANEXOS

ANEXO I: Portarias de Constituição do Grupo Técnico

ANEXO II: Memorial descritivo de delimitação

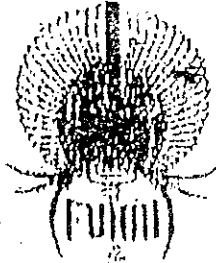
ANEXO III: Mapas em transparência do Processo Administrativo 1631/88

ANEXO IV: Caderno de fotos

ANEXO V: Relatório Ambiental

ANEXO VI: Cartas/documentos dos Apurinã

ANEXO VII: Mapas elaborados pelas comunidades indígenas



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio

Portaria nº 112/PRES

Brasília, 07 de novembro de 1996

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições conferidas pelo art. 21, item VII do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 564, de 8 de junho de 1992, e de conformidade com o Decreto nº 1775, de 8 de janeiro de 1996, e tendo em vista o conteúdo nos processos FUNAI/BSB/1631/88 e 1633/88,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Grupo Técnico para realizar estudos e levantamentos para identificação e delimitação das áreas de acréscimo das Terras Indígenas Paumari do Lago Maranhã e Paumari do Lago Maranhã, composto por:


- 1) Luciene Pohl, antropóloga, FUNAI/ADR Manaus, coordenadora;
- 2) Dorivaldo Dornelas da Costa, técnico em agrimensura, FUNAI/Casa de Saúde/GO;
- 3) Paulo Henrique Labiak Evangelista, biólogo, USP;
- 4) Crista Herbert Oliveira de Sousa, engenheira agrônoma, FUNAI/ADR Manaus;
- 5) Eudimar Medeiros de Araújo, técnico agrícola, IFAM.

Art. 2º Determinar o deslocamento dos técnicos às referidas terras indígenas, localizadas nos municípios de Lábrea e Tapauá, Estado do Amazonas.

Art. 3º Determinar o prazo de quarenta dias para a realização dos trabalhos de campo, contar do deslocamento e noventa dias para a entrega do(s) relatório(s), a contar do término dos trabalhos de campo.

Art. 4º As despesas com o Grupo Técnico e seus deslocamentos correrão à conta do Projeto DEMAT - Demarcação e Regularização de Terras.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.


SULIVAN SILVESTRE DE OLIVEIRA

(FUNAI)

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Portaria nº 350 /PRES

Brasília, 11 de abril de 1998

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições, conferidas pelo art. 21, item VII do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 564, de 8 de junho de 1992, e de conformidade com o Decreto nº 1775, de 8 de janeiro de 1996.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Grupo Técnico para complementar os trabalhos determinados pela Portaria nº 1.128/PRES, de 7 de novembro de 1997, publicada no DOU de 10 de novembro de 1997, seção 2, página 8486, referente à identificação e delimitação da área de acréscimo da Terra Indígena Paumari do Lago Maranhã.

1) Eliene Pohl, antropóloga/DFU/AER/MAO, coordenadora.

2) Dorciléia Dornelas da Costa, técnico em agrimensura/Casa do Índio/GO.

3) Celsa Hebert Oliveira de Sena, engenheiro agrônomo/DFU/AER/MAO.

4) Hudson Silva Araújo, técnico agrícola/IFAM.

Art. 2º Determinar o deslocamento do Grupo Técnico ao município de Labrea, Estado do Amazonas.

Art. 3º Determinar o prazo de quinze dias para a realização dos trabalhos de campo, a contar do deslocamento, e noventa dias para a entrega do(s) relatório(s) a contar do término dos trabalhos de campo.

Art. 4º As despesas com o Grupo Técnico e seu deslocamento correrão à conta do Projeto DTMAT - Demarcação e Regularização de Terras.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.


OTACILIO ANTUNES



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Administração Executiva Regional de Goiânia

MEMORIAL DESCRITIVO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO

DENOMINAÇÃO
TERRA INDÍGENA PAUMARÍ DO LAGO MARAHÁ

ALDEIA INTEGRANTE
PAUMARI/APURINÁ

GRUPO INDÍGENA
PAUMARÍ/APURINÁ

MUNICÍPIO: LÁBREA

ESTADO: AMAZONAS

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMO	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	07° 33' 17"	65° 21' 25"
LESTE	07° 33' 00"	65° 08' 21"
SUL	07° 46' 10"	65° 07' 45"
OESTE	07° 47' 26"	65° 14' 40"

BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	ORGÃO	ANO
SB-20-Y-C4- MI1153	1:100.000	MINIST.DO EXÉRCITO DSG	1.984
SB-20-Y-C4- MI1232	1:100.000	MINIST.DO EXÉRCITO DSG	1.984



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Administração Executiva Regional de Goiânia

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO TERRA INDÍGENA LAGO DO MARAHÃ

NORTE – Partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas $07^{\circ}33'17''S$ e $65^{\circ}21'25''Wgr$, localizado à margem direita do rio Purus, daí, segue a juzante o citado rio até o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas $07^{\circ}26'27''S$ e $65^{\circ}08'27''Wgr$, localizado na confluência do rio Purus com o igarapé São João.

LESTE – Do ponto antes descrito, segue a montante pelo citado igarapé até encontrar o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas $07^{\circ}33'00''S$ e $65^{\circ}08'21''Wgr$, localizado na sua cabeceira, daí, segue por uma linha reta até encontra o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas $07^{\circ}32'27''S$ e $65^{\circ}07'00''Wgr$, localizado na confluência do igarapé Litari com igarapé sem denominação, daí, segue por uma linha reta até o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas $07^{\circ}41'00''S$ e $65^{\circ}01'46''Wgr$, localizado na foz do igarapé Mamoriá com o lago do Majuriã, daí, segue a juzante pela margem esquerda do citado lago até encontrar o ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas $07^{\circ}39'30''S$ e $65^{\circ}00'40''Wgr$, localizado na foz do citado lago com o rio Ituchi.

SUL – Do ponto antes descrito, segue a montante o citado rio até o ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas $07^{\circ}46'10''S$ e $65^{\circ}07'45''Wgr$, localizado na foz do igarapé Doiã com o rio Ituchi.

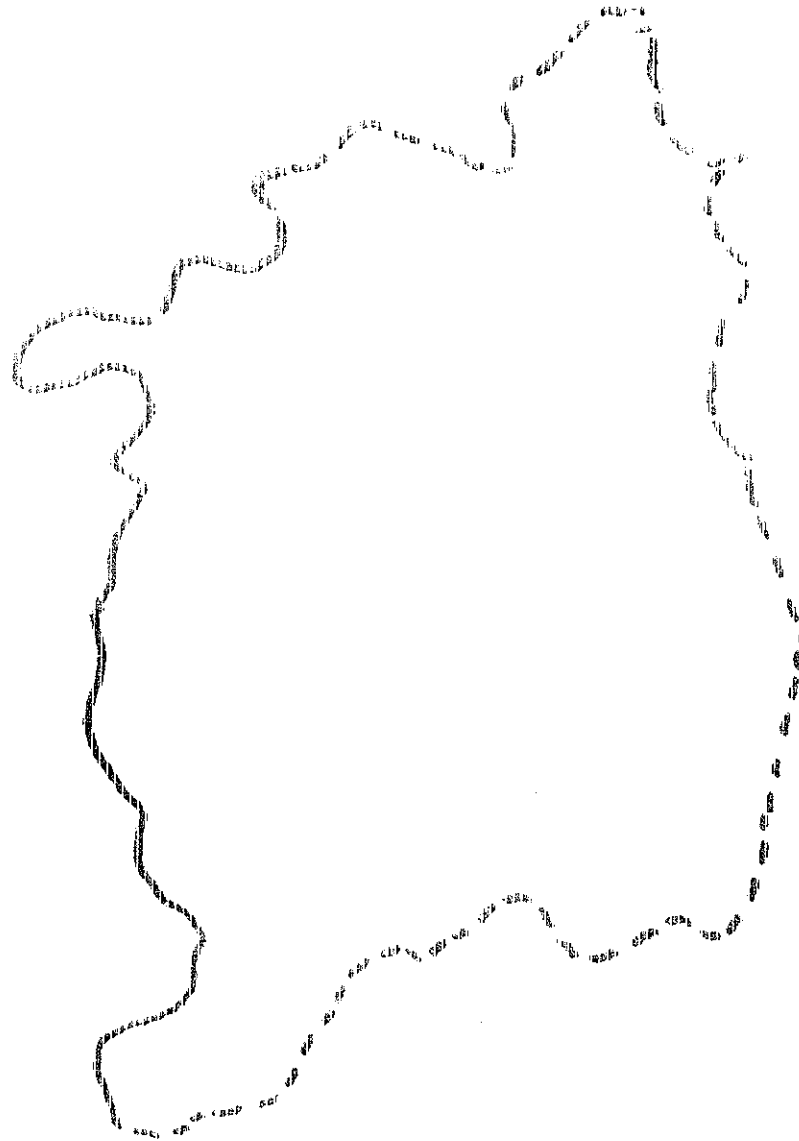
OESTE - Do ponto antes descrito, segue a montante do igarapé Doiã, passando pela margem esquerda do lago Doiã, depois continua a montante do igarapé Doiã até encontrar o ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas $07^{\circ}47'26''S$ e $65^{\circ}14'40''Wgr$, localizado na foz do igarapé Doiã com o Igarapé Branco. Partindo do ponto anterior, segue por uma linha reta até encontrar o ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas $07^{\circ}47'44''S$ e $65^{\circ}20'55''Wgr$, situado na cabeceira do igarapé Horizonte. Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta até encontrar o ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas $07^{\circ}40'10''S$ e $65^{\circ}28'30''Wgr$, localizado na margem direita do rio Sapatini, daí, segue a juzante o citado rio até encontrar o ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas $07^{\circ}40'00''S$ e $65^{\circ}27'57''Wgr$, localizado na confluência do igarapé Quebra-Remo com o rio Sapatini, daí, segue a juzante o citado igarapé até encontrar o ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas $07^{\circ}33'48''S$ e $65^{\circ}20'48''Wgr$, localizado na margem esquerda do citado igarapé, daí, segue em linha reta até encontrar o ponto 01, início da descrição deste perímetro.

Goiânia, 26 de junho de 1998.

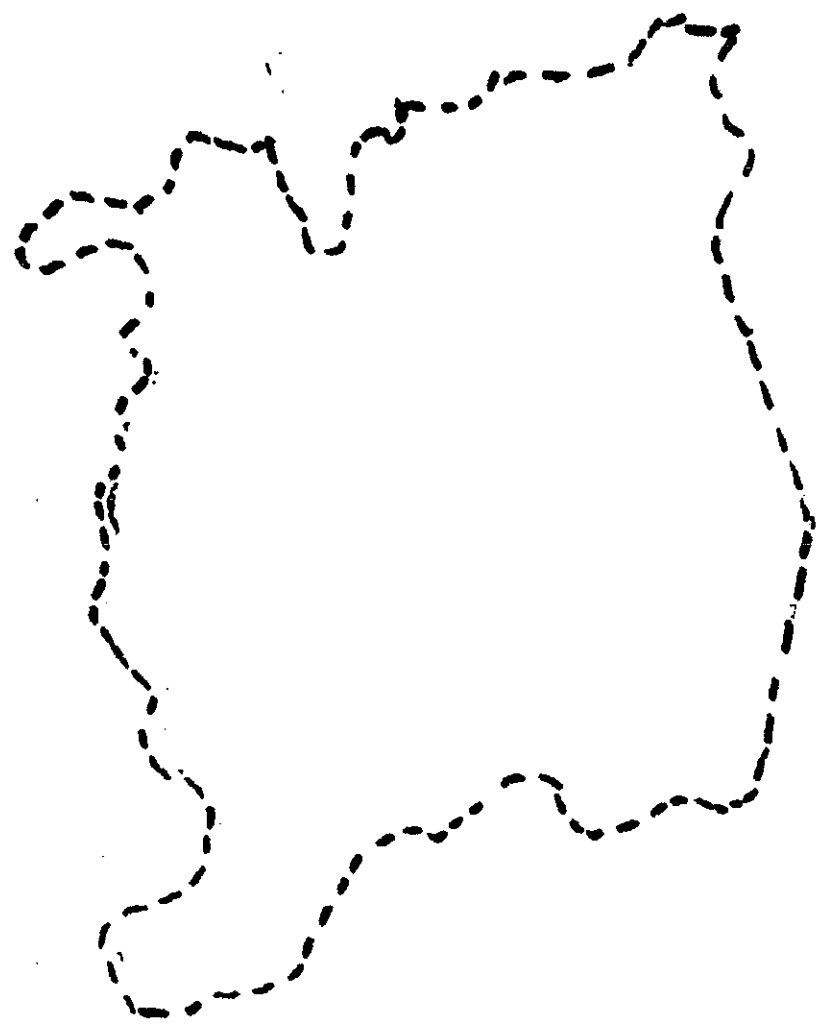

DORALÍCIO DORNELAS DA COSTA

Técnico em Agrimensura
CREA - 8607/TD

Área Proposta - ID.GT/86
1986 - 78.400 ha

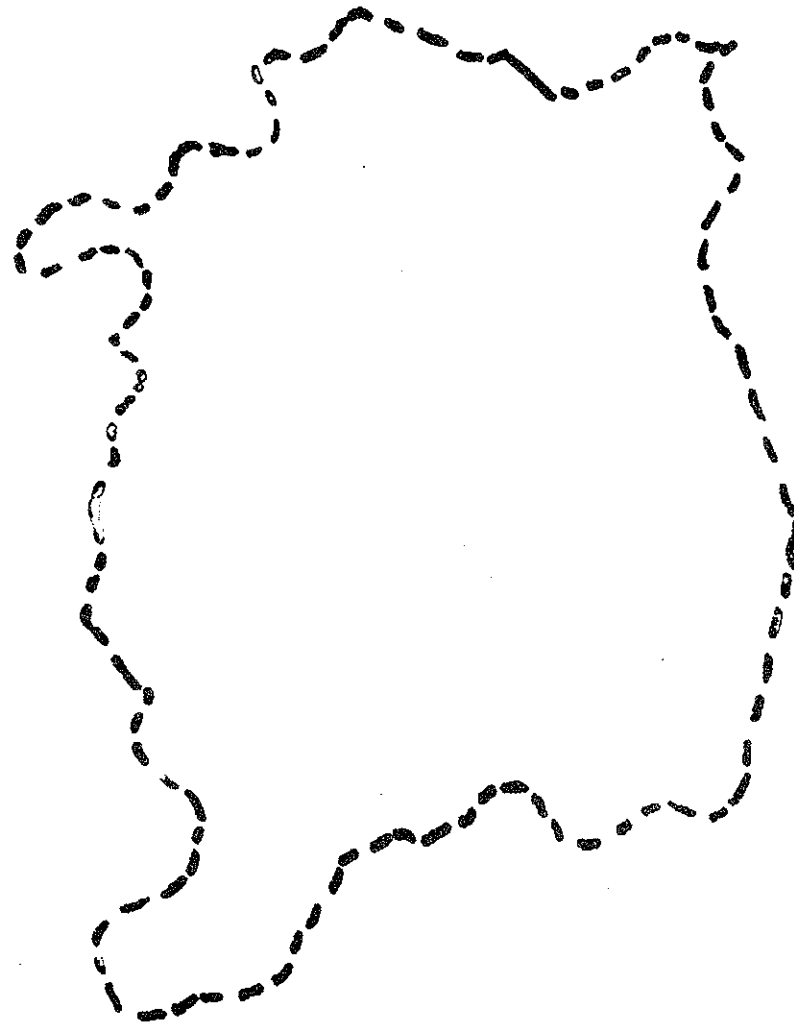


Área Proposta - GTI
1988 - 70.000 ha

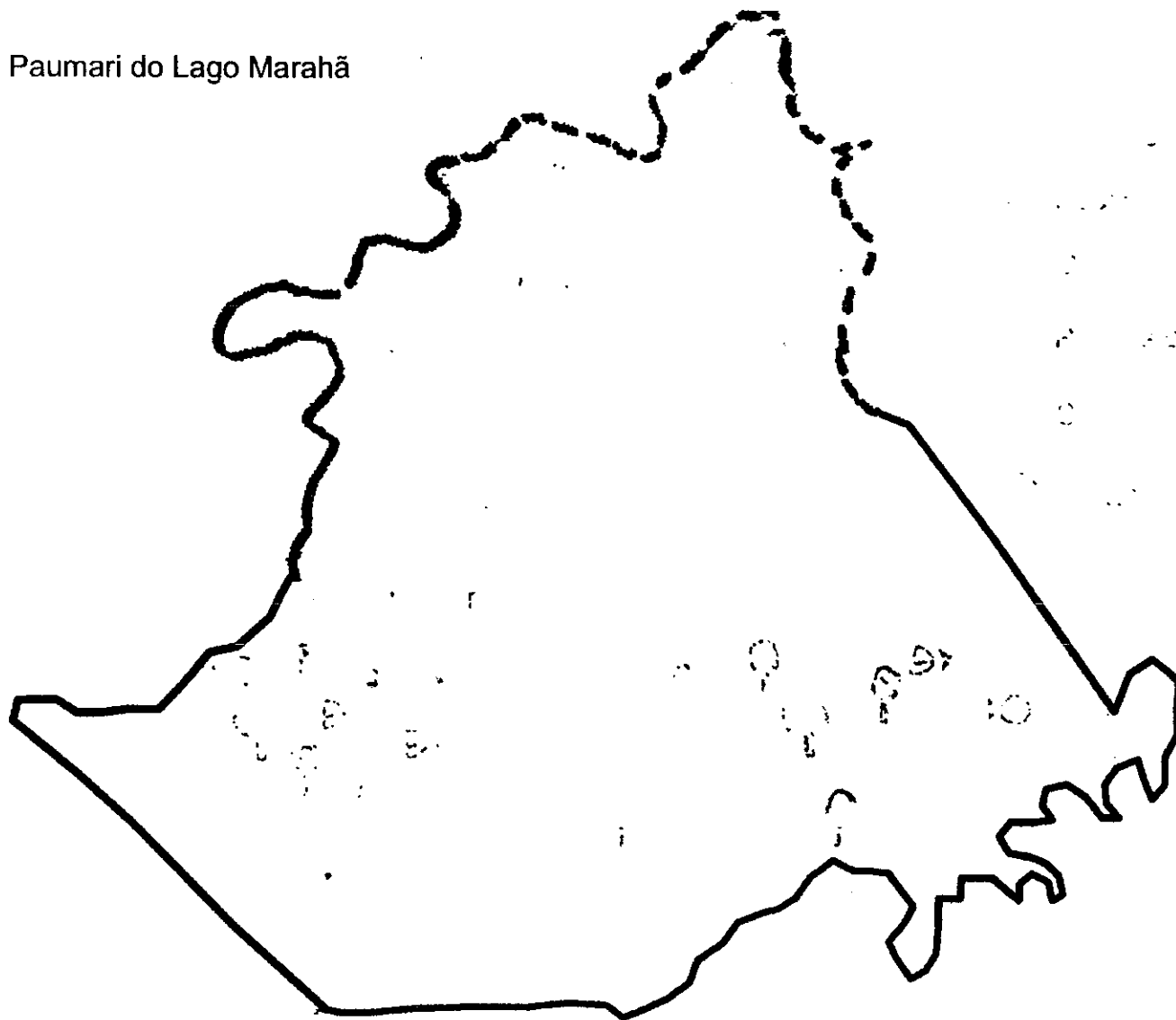


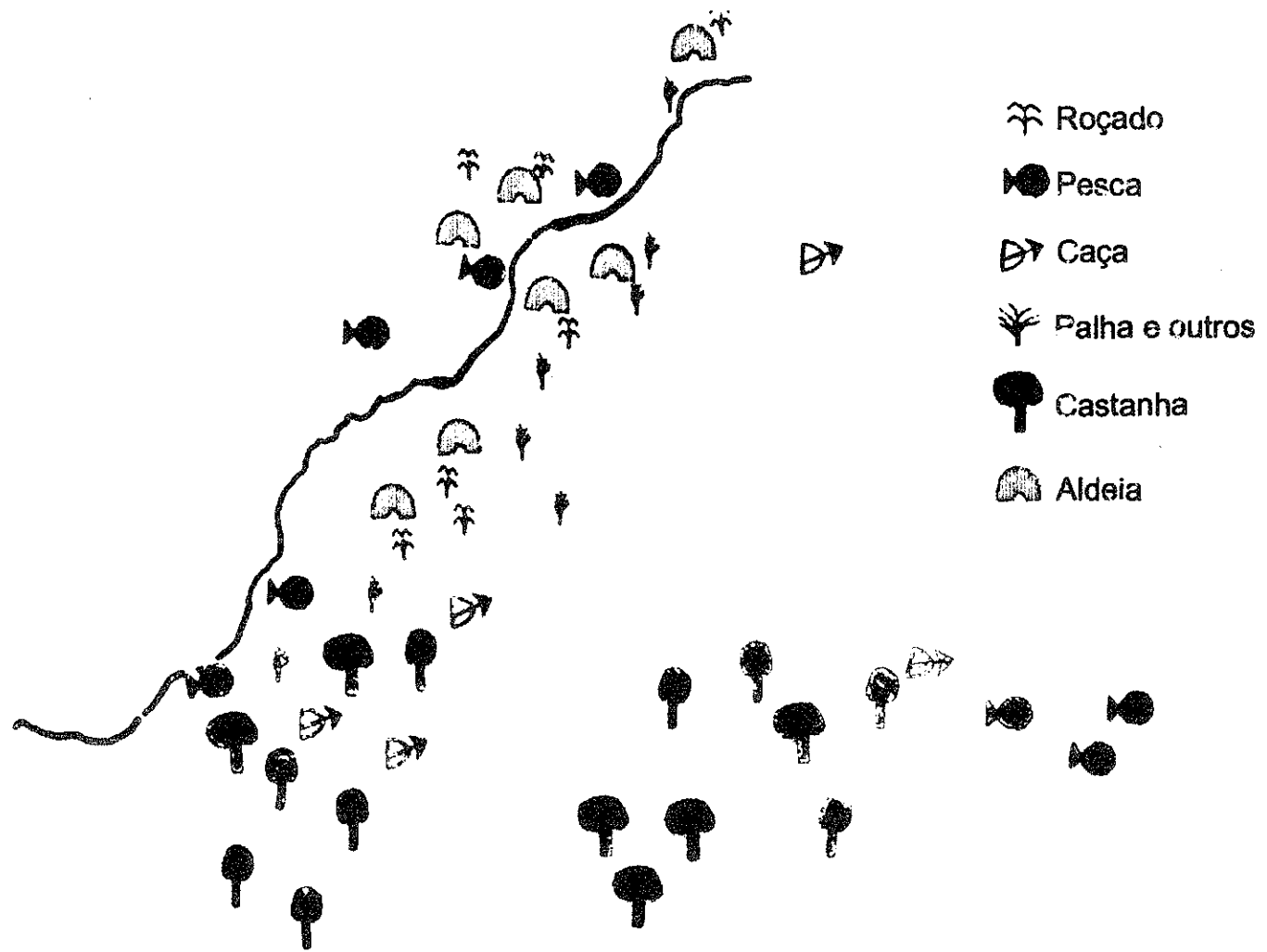
Área Proposta - GTI
1988 - 70.000 ha

Área Proposta - FUNAI
1989 - 73.000 ha



Terra Indígena Paumari do Lago Marahã
GT - 1998





os indios da aldeia nova fortaleza os Apurimã
 solicitamos a cordenadora Luciene
 pedimos a vós se lencia que a placa seja
 colocada na boca do igarapé Repartição.
 Porque ali é entrada dos Seleros inverno
 a verão é para isso que nós pedimos que
 a placa seja ali como sem falta por isso
 que pedimos que entenda a nossa situação
 porque já fomos escravidão dos brancos
 já que hoje temos este apoio serar que
 ainda vamos cotinua nisso!!

Agora vemos nomes das pessoas
 que querem o nosso direitos que temos

- ~~Raimundo Apurimã~~
- Nelida Apurimã
- Raimundo nonato Apurimã
- Tereza Apurimã
- Jamil Apurimã
- Catarina Apurimã
- gracilene Apurimã
- Adania Apurimã
- Ducilene Apurimã
- Jose Luis Apurimã
- Saide Apurimã
- Lucileide Apurimã
- Raimundo Alveis Apurimã
- Orico Apurimã
- Ozvaldo Apurimã
- gracimara Apurimã

- Ronaldo Apurimã
- Rozilene Apurimã
- Zeneide Apurimã
- Alzirinha ~~AP~~ Apurimã
- Maroca Apurimã
- Maroca Maria ~~AP~~ Apurimã
- Maria de Fátima Apurimã
- Raimundo Rodrigui Apurimã
- Sebastião Apurimã
- Sebastião Lope Apurimã
- Jose quimba Apurimã
- Maria Alves Apurimã
- Fleice Apurimã
- Leopoldo Apurimã
- Kilda Apurimã
- Naciso Apurimã
- Nivaldo Apurimã
- MARIA VICENTE Apurimã
- Eusso Apurimã
- MARIA LIVRAMENTO Apurimã
- Edinresso Apurimã
- Nastacio fernande Apurimã
- sipó fernande Apurimã
- Judite Lopes Apurimã
- Raimundo fernande Apurimã
- Branca fernande Apurimã
- Avelino vicente Apurimã
- Nelide fernande Apurimã
- carlo vicente Apurimã
- ~~AP~~ Riquia ~~AP~~ Apurimã
- ~~MARIA~~ Marinilza Apurimã
- MARIA LOPE Apurimã
- MARICIO Apurimã

ARE da marçães Das pa Nos. Indígena
 Apurimã do Lago Branco.
 Luciene olha o IG. muito como nome do quebr
 Remo. e o gorapê do orizonte a gora o
 o Igarapê do quebr Remo passa dentro da
 Lago da Repartição e Vai Até o Sete Boca
 Na Boca do Rio Separatinis.

então nós queremos Qui A ~~Área~~ Di Vizão
 Da Área Seja o quebr Remo todo. como sent
 a gente conhece. Nutenpe a pessoa qui ~~é~~

Vin era fazé a de mapa da terra não veio
 sem vessa com os índios i dai os índios
 foram sabé de ja tinha Volta da eles pegara
 o nome do Igarapê e Rodo traçonda o
 nome do Igarapê do orizonte como o
 Kebr Remo pareça Nós não Aceitamos o IG orizonte
 como nome do Quebr Remo Queremos o Quebr Remo
 como Nós conhecemos porque a onde foi feito
 a clava Nós não Aceitamos porque ficou
 muito grande porisso nós queremos mesmo
 no Sete Boca ~~que~~ Qui fica dentro Rio
 Separatinis mais só um Paquinha.

- Raimundo Alves da Silva Apurimã
- OS Valdo Apurimã
- Antônio Apurimã
- NONATO Apurimã
- Jose Bil Apurimã
- Belizara Apurimã
- Jamili Apurimã
- Elrico Apurimã

Total gente . 169.

Benício Apurina

Divo Apurina

Marinense Apurina

Antonio Lope Apurina

Chicão Apurina

Chiquinho Apurina

Alda Apurina

Antonia Apurina

Caetano Apurina

Gená Apurina

Lionete Apurina

Caçu Apurina

Deuzimba Apurina

Ivan Apurina

Corina Apurina

Araújo Apurina

Camillo Apurina

Beltriana Apurina

Maura Apurina

Nezce Apurina

Melice Apurina

Chico Pequeno Apurina

Valdeci Apurina

Oscar Apurina

Arnaldo Apurina

Adeusio Apurina

Claudio Apurina

Jacema Apurina

Pedro Apurina

João Nogueira Apurina

Isabel Apurina

Chico Barro Apurina

Atiquiri Apurina